



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MELGA MARIA DA SILVA RODRIGUES

**HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES DE SERGIO BUARQUE DE
HOLANDA NA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO BRASIL**

**TERESINA – PI
2025**

MELGA MARIA DA SILVA RODRIGUES

**HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES DE SERGIO BUARQUE DE
HOLANDA NA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual do
Piauí (UESPI), como requisito parcial para
conclusão do Curso de Graduação em
Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina
Meneses de Sousa.

**TERESINA - PI
2025**

R685h Rodrigues, Melga Maria da Silva.

Historiografia brasileira: contribuições de Sergio Buarque de holanda na construção de uma história do brasil / Melga Maria da Silva Rodrigues. - 2025.

46f.: il.

Monografia (graduação) - Curso de Licenciatura em História, Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Piauí, 2025.

"Orientador: Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Meneses de Sousa".

1. Sergio Buarque de Holanda. 2. Historiografia. 3. História.
4. Brasil. I. Sousa, Ana Cristina Meneses de . II. Título.

CDD 907

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
ANA ANGELICA PEREIRA TEIXEIRA (Bibliotecário) CRB-3^a/1217

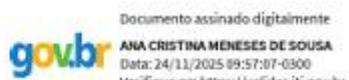
MELGA MARIA DA SILVA RODRIGUES

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES DE SERGIO BUARQUE DE HOLANDA NA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO BRASIL

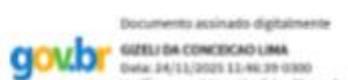
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como requisito parcial para conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em História.

Submetido à aprovação da Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

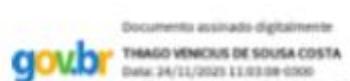
Banca Examinadora



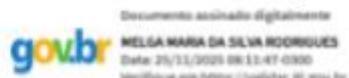
1 - Presidente da Banca Examinadora Dra. Ana Cristina Meneses de Sousa



2- Membro da Banca Professora Dra. Gizele da Conceição Lima



3 - Membro da Banca Professor Dr. Thiago Venicius de Sousa Costa



Dedico esse trabalho aos meus pais, que transformaram renúncias em amor e adiaram seus próprios sonhos para que os meus se tornassem possíveis.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa, agradeço aos meus pais Erisnaldo Maria da Silva Rodrigues e Francisco das Chagas Rodrigues, que sempre foram o alicerce da minha caminhada. Por cada palavra de incentivo, por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava e por me ensinarem, com o exemplo, que os sonhos só florescem quando são regados com esforço e dedicação. O apoio de vocês nas horas difíceis e a presença constante, mesmo nos silêncios, me deram força para seguir em frente. Nada disso seria possível sem o cuidado e a confiança que encontrei em vocês. Tudo o que conquistei até aqui se deve um pouco da força, do carinho e da sabedoria que aprendi em casa.

À minha orientadora, Ana Cristina Meneses de Sousa, deixo minha mais profunda gratidão. Sua orientação foi fundamental não apenas para a construção deste trabalho, mas também para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Agradeço pela paciência diante das dúvidas, pela dedicação nas leituras e pelas palavras firmes, mas sempre encorajadoras, que me fizeram acreditar no processo e seguir com confiança. Sua generosidade ao compartilhar conhecimento e sua atenção em cada detalhe fizeram toda a diferença.

Aos meus irmãos, Shesma e Enos, deixo também meu profundo agradecimento. Shesma foi alguém que, durante todo o processo, me ajudou de uma forma única. Ela não é apenas uma irmã, mas também uma amiga que torna tudo mais fácil. Enos, além de ser uma fonte de inspiração, é uma das pessoas mais brilhantes que conheço. Ele teve um papel essencial na minha formação acadêmica, sempre disposto a me ajudar quando eu tinha dúvidas, a me orientar em trabalhos da universidade e a compartilhar comigo seu conhecimento de forma leve e paciente. A presença e o apoio de vocês dois tornaram essa jornada mais leve e cheia de amor.

Aos meus colegas de turma, deixo meu sincero reconhecimento. Foram anos de convivência, risadas, trocas e aprendizados que tornaram o percurso mais leve, divertido e cheio de significado. Enfrentamos desafios juntos e, de alguma forma, cada um contribuiu para que essa trajetória se tornasse inesquecível.

Em especial, agradeço a Otto, Maria Fernanda, Mariana e Ana Thais, por estarem comigo de forma tão verdadeira, companhias queridas que tornaram esta caminhada mais leve e bonita. Otto, que sempre arrancou sorrisos nos dias mais cansativos, lembrando-me de que a amizade sincera também é um abrigo. Fernanda,

que me fez entender que a amizade verdadeira não exige esforço, ela simplesmente acontece. É a amiga das risadas fáceis, do afeto constante e da presença que aquece. Mariana, que traz a calma em meio ao caos, a escuta atenta e o apoio sereno que conforta quando o mundo parece apressado demais. E Ana Thais, sempre por perto, tornou o caminho mais suave, compartilhando comigo a leveza de seguir mesmo quando o percurso parecia difícil.

A cada pessoa que, de alguma forma, cruzou o meu caminho e deixou um pouco de si, o meu sincero obrigado, aos professores que me inspiraram, aos amigos que torceram de perto ou de longe e a todos que me ofereceram palavras de incentivo quando o desânimo tentou vencer.

Este trabalho é fruto de muito esforço, mas também de muito afeto. É resultado de dias intensos, noites de estudo, dúvidas e recomeços. Mas, acima de tudo, de apoio, carinho e amor. Nada disso seria possível sozinha. Este TCC é mais do que uma conquista acadêmica: é o reflexo de todas as pessoas que me acompanharam e acreditaram em mim durante essa jornada.

RESUMO

Essa monografia tem como foco apresentar os principais aspectos da historiografia de Sergio Buarque de Holanda e sua contribuição na escrita da História brasileira. Para tanto partimos da seguinte problemática: de que forma Sergio Buarque de Holanda participou da construção da historiografia brasileira? Esse estudo teve como metodologia uma pesquisa bibliográfica para manter um primeiro contato com os teóricos clássicos e contemporâneos que tratam da historiografia brasileira ao lado de uma análise documental e por meio de fontes presentes em arquivos públicos, embora esses provavelmente possam ser disponibilizados também nos meios eletrônicos. Sergio Buarque de Holanda em seus livros evidencia uma historiografia brasileira que auxilia a compreender ao menos em partes a sociedade brasileira a partir do homem cordial, uma característica percebida nas relações sociais estabelecidas, especialmente pelas elites.

Palavras-chave: Sergio Buarque de Holanda; historiografia; história; Brasil.

ABSTRACT

This monograph focuses on presenting the main aspects of Sergio Buarque de Holanda's historiography and his contribution to the writing of Brazilian history. To this end, we start from the following problem: how did Sergio Buarque de Holanda participate in the construction of Brazilian historiography? This study employed a bibliographic research methodology to establish initial contact with classical and contemporary theorists who address Brazilian historiography, alongside documentary analysis and the use of sources found in public archives, although these may also be available electronically. Sergio Buarque de Holanda, in his books, reveals a Brazilian historiography that helps to understand, at least in part, Brazilian society from the perspective of the "cordial man," a characteristic perceived in the social relations established, especially by the elites.

Keywords: Sergio Buarque de Holanda; historiography; history; Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. SERGIO BUARQUE DE HOLANDA NA RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	4
2.1. Sergio Buarque de Holanda e suas principais obras	4
2.2. As contribuições de Sergio Buarque de Holanda na formação da Historiografia brasileira	9
3. UMA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DE SERGIO BUARQUE DE HOLANDA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS A PARTIR DO LIVRO RAÍZES DO BRASIL	24
3.1. O Brasil de Sergio Buarque de Holanda e de Raízes do Brasil	25
3.2. Sergio Buarque de Holanda e Raízes do Brasil: entre mudanças e permanências	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

O interesse dessa pesquisa Surgiu durante a disciplina de Historiografia brasileira no sentido de buscar uma narrativa sobre a História do Brasil que auxiliasse na compreensão da formação social do povo brasileiro. Esse estudo teve como metodologia uma pesquisa bibliográfica para manter um primeiro contato com os teóricos clássicos e contemporâneos que tratam da historiografia brasileira ao lado de uma análise documental e por meio de fontes presentes em arquivos públicos, embora esses provavelmente possam ser disponibilizados também nos meios eletrônicos.

Sergio Buarque de Holanda foi um historiador que auxiliou na compreensão de uma Historiografia brasileira que ajudou a pensar a colonização portuguesa no processo de construção e estruturação da sociedade brasileira, na qual as relações de proximidades e pessoais tornam-se responsáveis pelo funcionamento das diferentes instituições que compõem cotidiano do país. Assim, os escritos de Sergio Buarque de Holanda perpassam pela análise da distinção entre a colonização portuguesa e espanhola até a estratégia de colonização inglesa. Nas duas primeiras formas de colonização, o Brasil e a América com um todo seguindo a ideia de paraíso já estariam esperando para ser adquirido e a terceira forma de colonizar foi baseada no trabalho como fonte de desenvolvimento e consolidação do paraíso.

Sergio Buarque de Holanda, ao passar uma estadia na Europa, especialmente em Berlim, criou as bases para a escrita de Raízes do Brasil. A capital alemã entre os anos de 1929 e 1930 vivenciou mudanças consideráveis de uma democracia por meio da República de Weimar até o regime totalitário nazista. Tais experiências, contudo, incentivaram uma perspectiva modernista de Sergio Buarque de Holanda encabeçada ainda pela historiografia francesa, principalmente na questão da interdisciplinaridade com outras Ciências Humanas.

Sergio Buarque de Holanda criou o conceito de homem cordial como uma forma de criticar a herança portuguesa Ibérica, pensando a existência das relações pessoais e de proximidades que afetam diferentes decisões do cotidiano, incluindo as relações políticas, para o autor o Brasil devia superar o passado ibérico. Atualmente é possível perceber a permanência de certos elementos do conceito de homem cordial nas relações políticas e profissionais brasileiras que são orientadas por decisões arbitrárias, prejudicando o direcionamento do Brasil ao crescimento, visto que esses fatores são condizentes a formação de atitudes corruptas.

Desse modo, essa monografia tem como foco apresentar os principais aspectos da historiografia de Sergio Buarque de Holanda e sua contribuição na escrita da História brasileira. Para tanto partimos da seguinte problemática: de que forma Sergio Buarque de Holanda participou da construção da historiografia brasileira?

Toda pesquisa científica tem início com uma pesquisa bibliográfica que permita a organização de uma fundamentação teórica adequada que sustentará um determinado estudo, segundo Gerhardt; Silveira (2009). Uma pesquisa bibliográfica tem a função de começar a estruturar a pesquisa para que posteriormente lancem as análises e interpretações das fontes documentais, caso seja necessária à sua utilização no decorrer da pesquisa. As bibliografias fornecem os primeiros conhecimentos sobre uma determinada temática de pesquisa.

Além de uma bibliografia em torno dos escritos de Sergio Buarque de Holanda, sobretudo, Raízes do Brasil, na qual deverá constituir o cerne do projeto na busca pela compreensão do homem cordial na construção do pensamento social e historiográfico brasileiro, marcado pelo direcionamento do Brasil a tendência a criar uma ideia de proximidade com o outro, a generosidade frutos de uma herança rural e colonial que por vezes interferem negativamente nas instituições que compõem a sociedade brasileira.

Vale ressaltar que o historiador precisa compreender a diferença entre uma pesquisa documental e bibliográfica, na qual para o pesquisador Gil (2002) está na natureza das fontes, pois na pesquisa bibliográfica se usa a partir das contribuições de diversos teóricos sobre um determinado assunto ou temática e a pesquisa documental, que se vale de materiais que ainda não foram analisados, ou ainda podem ser reelaborados para satisfazer os objetivos dos referidos estudos. Apesar do projeto está vinculada a pesquisa bibliográfica, as fontes documentais que podem surgir durante a exploração foram úteis na fundamentação e contextualização com os conhecimentos bibliográficos.

Desse modo, a monografia foi dividida da seguinte maneira:

No primeiro capítulo será observado como o autor Sergio Buarque de Holanda contribuiu para a renovação da historiografia brasileira, destacando traços da trajetória profissional e suas influências a partir de sua estadia na Europa, sobretudo, com o modernismo alemão e da Escola francesa dos Annales, bem como as características dos seus escritos que contribuíram para pensar o conceito de homem cordial.

No segundo capítulo, faremos uma análise da interpretação do Brasil sob a perspectiva de Sergio Buarque de Holanda: mudanças e permanências a partir do livro raízes do Brasil e nos respectivos tópicos irá ser abordado como o Brasil no momento da primeira publicação de Raízes do Brasil (1936), a industrialização e o surgimento de um novo Brasil, bem como as permanências na atualidade da influência do homem cordial nas relações brasileiras pautada pela proximidade nas instituições políticas e sociais.

As considerações finais que destaca Sergio Buarque de Holanda com seus livros evidencia uma historiografia brasileira que auxilia a compreender ao menos em partes a sociedade brasileira a partir do homem cordial, uma característica percebida nas relações sociais estabelecidas, especialmente pelas elites, embora questionamentos em torno da aceitação da passividade do processo colonizador brasileiro como influenciador da formação do Brasil, uma vez que episódios de lutas e resistências demostram o contrário.

2. SERGIO BUARQUE DE HOLANDA NA RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Esse capítulo e seus tópicos pretendem destacar a contribuição de Sergio Buarque de Holanda na criação de uma historiografia brasileira a partir de suas principais obras: Raízes do Brasil; Visão do Paraíso e a metáfora do homem cordial, auxiliando na formação social do Brasil. O capítulo aborda sua trajetória de vida e profissional, evidenciando sua estadia na Europa e sua influência recebida da historiografia alemã, especialmente a partir do modernismo, uma vertente que havia chegado ao Brasil e da historiografia francesa em torno da interdisciplinaridade entre a História e demais Ciências Humanas.

As ideias do capítulo apresentam os aspectos dos escritos de Sergio Buarque de Holanda e de que modo influenciaram na construção de uma historiografia que comprehende a cordialidade como princípio encontrado no livro Raízes do Brasil como um obstáculo a superação de problemas relacionados a corrupção e direcionamento ao desenvolvimento, visto que as relações que também serviram fundamento para a História brasileira foram estabelecidas seguindo a proximidade entre os representantes políticos e sociais, impedindo deliberações pautadas na racionalidade.

O capítulo afirma ainda a importância de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de historiadores na formação acadêmica e profissional de Sergio Buarque de Holanda como historiador no momento de criar uma historiografia própria brasileira, considerando a influência ibérica. Para tanto, o capítulo é dividido em dois tópicos principais que evidenciam a saber, 2.1. Sergio Buarque de Holanda e suas principais obras e 2.2. As contribuições de Sergio Buarque de Holanda na formação da Historiografia brasileira. O primeiro capítulo e os tópicos supracitados destacam os pontos relevantes da Historiografia de Sergio Buarque de Holanda e como essa foi construído partindo de seus livros que ajudam a entender a constituição do Brasil e de sua sociedade.

2.1. Sergio Buarque de Holanda e suas principais obras

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em uma família paulistana de classe média. Estudou nas melhores escolas da cidade de São Paulo, gozou de uma educação ampla e humanista e paralelamente aprendeu francês, inglês e alemão. Desde cedo, a atmosfera dinâmica da então cidade de imigrantes exerceu sobre ele uma grande

influência, visto que São Paulo iniciara sua ascensão a potência industrial e futura metrópole global já nos princípios do século XX, utilizando os capitais das exportações do café. (Costa, 2014, p.825).

No ano de 1921, Sérgio Buarque de Holanda mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, onde estudou direito e seguiu trabalhando como jornalista, comentarista, crítico literário e editor. Participou das discussões intelectuais conduzidas na capital e cultivou um contato íntimo com a cena cultural local. Em 1929, foi nomeado correspondente internacional d'O Jornal e enviado a Berlim para cobrir os acontecimentos na Alemanha, na Polônia e na União Soviética. Em 1936 foi nomeado professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e promovido a professor de História da América no ano seguinte. (Costa, 2014).

Ainda segundo Costa (2014, p.828), em 1957, com a apresentação da vigorosa obra Visão do paraíso, assumiu a cátedra de história da civilização brasileira na Universidade de São Paulo. Nesta universidade, fundou em 1962 o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), organismo multidisciplinar que contribuiu enormemente para a institucionalização e a profissionalização dos estudos brasileiros. Em 1969, abandonou a USP e solicitou a aposentadoria precoce em protesto à cassação de colegas pela ditadura militar.

Sérgio Buarque de Holanda em viagem à Europa, especialmente a Berlim, possibilitou seu contato com um sentimento de mudança e apreensão que rondava a Europa, um pensamento radical, de ruptura profunda com o passado (Reis, 2011 *apud* Villela, 2020). Ele não foi estranho às influências da historiografia francesa criada através da Escola dos Annales em 1929, tendo como representantes de sua primeira geração, Marc Bloch e Lucien Febvre, que embora fosse marcada pelos aspectos da história social e econômica havia a defesa e tentativa da conscientização da importância da interdisciplinaridade da história com outras disciplinas, tais como: Psiquiatria, Sociologia, Geografia, Antropologia, dentre outras. (Villela, 2020).

A Escola dos Annales e a Nova História, contribuíram para a valorização de temas e objetos de pesquisas antes pouco valorizados nas pesquisas historiográficas, ampliando tais estudos com a interdisciplinaridade. Em meio a essas discussões, o jovem Sérgio Buarque de Holanda cresceu e foi amadurecendo sua escrita historiográfica sobre o Brasil e suas dinâmicas de funcionamento. Esse historiador foi de uma geração que, embora presa pelo tradicionalismo, ansiava pela mudança. A Primeira Grande Guerra (1914-1919) abalou consubstancialmente as estruturas

políticas, econômicas e sociais do mundo. Segundo Eric Hobsbawm, todas as áreas de pensamento foram atingidas com o novo século que surgia após o fim da guerra. (Hobsbawm, 2005).

A História é mudança e sua escrita deve procurar compreender o homem inserido dentro do espaço e tempo como um processo dinâmico, na qual regionalidade e coletividade devem ser conectados como uma forma historiográfica que não esteja atenta apenas aos grandes personagens, mas também ao contexto sociocultural e representações construídas no decorrer da historiografia brasileira seguindo os recortes temporais variados. Sérgio Buarque de Holanda foi um homem de seu tempo, dialogou com a tradição histórica existente, ora se contrapôs, ora se aproximou.

As ideias não se extinguem subitamente, visto que são reelaboradas, permanecendo apenas seu cerne mais íntimo, o combustível que as mantém vivas. (Matos, 2005). A historiografia de Sergio Buarque de Holanda vivencia paradigmas que não são eliminados de uma hora para outra, já que no decorrer de sua trajetória, ele mesclava entre o tradicional e a inovação proposta pelas correntes históricas posteriores.

Em relação ao Brasil é possível evidenciar que Sergio Buarque de Holanda tinha uma historiografia estruturada seguindo ao modelo europeu devido ao seu tempo de vivência, mantendo em terras brasileiras uma valorização direcionada a história econômica de viés marxista, bem como a rivalidade simbólica existente entre a Universidade do Rio de Janeiro e a Paulista. O fato é que a originalidade do trabalho de Sergio Buarque de Holanda de inspiração alemã moderna jamais havia sido enfrentada pelos historiadores brasileiros, na qual ressaltava a importância de temáticas únicas ao lado da especificidade temporal de cada realidade histórica.

Sergio Buarque de Holanda mantinha-se próximo do modernismo brasileiro como movimento artístico e literário interessado em criar uma estética nacional e críticas ao academicismo burguês que ainda se encontrava atrelado cultura brasileira. O seu interesse pelo surrealismo, uma vanguarda modernista, estava vinculada a sua crítica ao racionalismo e formalidade da cultura brasileira, defendendo a liberação do inconsciente como inspiração artística. (Filho, 1987). O historiador afirma a importância de uma singularidade criada pelos próprios objetos e não em uma singularidade que seja submetida ao contexto geral.

Apesar da relevância de uma historiografia que respeite as singularidades dos objetos de estudo sua articulação com o todo não pode ser desconsiderado, já que

com a ausência de uma conexão, a História permanece fragmentada e impossibilitada de compreender o processo de criação da nação brasileira com sua similaridade e diferenças. O rompimento da concepção de racionalidade exacerbada torna-se importante com uma estratégia para pesquisar temas historiográficos que diferenciavam do positivismo vigente na época.

A trajetória acadêmica de Sergio Buarque de Holanda, na década de 1930, foi marcada pelos ensaios que deram nome a obra *Raízes do Brasil*, que discorriam sobre a criação do Brasil ao longo do tempo. A obra é o segundo dos ensaios criado em 1936 com um Brasil consolidado como nação independente, a escravidão extinta desde 1888 e uma república, além das oligarquias como força social e política estarem enfraquecidas com o governo Vargas. (Carvalho, 2015). O Brasil durante a construção do livro foi marcado pela transição e mudança de um regime oligárquico para um industrial e centralizado, especificamente na presidência de Getúlio Vargas no decorrer dos anos 1930.

Quatro motivos ou temáticas marcam *Raízes do Brasil*: o sistema colonial português, o patriarcado rural, o homem “cordial” e as aporias do liberalismo brasileiro. A colonização portuguesa é discutida e Buarque de Holanda tenta distinguir mais claramente o domínio colonial português dos de características espanholas, de modo a destacar aquilo que frequentemente se denomina padrão colonial ibérico. De acordo com este padrão, os espanhóis teriam se esforçado para “vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste” em suas colônias. Para Portugal, contudo, a colônia seria simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos. (Costa, 2014, p.833).

O espanhol deslumbrara-se com o que vira; o português, pragmaticamente, utilizara-se dos ‘bons ares e boas terras’. Aquele, dialeticamente, superou o pensamento medieval, este, ao contrário, aferrou-se nele. (Buarque de Holanda, 2000). O livro *Raízes do Brasil* (Eugene, 2010, p. 44) ganhou inteligibilidade se entendermos, como propõe Merquior, que “o pensamento modernista intensificou a consciência da nossa personalidade cultural e se serviu dessa consciência para sopesar certos efeitos da modernização socioeconômica subsequente à Grande Guerra”; e o fez “às vésperas do nosso ingresso no regime urbano-industrial”:

De acordo com (Carvalho, 2015), o “homem cordial” corresponde a um tipo ideal sociopsicológico e a um padrão de sociabilidade. Por meio do “homem cordial”, Sergio Buarque de Holanda não buscou destacar nem a generosidade, nem a

inocência alardeada dos brasileiros. Tampouco se trata de uma gentileza no sentido de uma simpatia ritualizada. O autor entende por “cordialidade” a tentativa constante de personalizar todas as interações interpessoais: em primeiro plano devem estar os sentimentos, não o anonimato da ordem legalizada que promete tratar a todos como iguais.

Em outras palavras, segundo o escrito de Malchior, o livro Raízes do Brasil é influenciando pela necessidade de busca e criação de uma História e acima de tudo uma cultural essencialmente brasileira, procurando articular o fenômeno da integração e contraste encontrados. Maria Odila *apud* Eugene (2010, p.45) adverte que “o livro, apesar do cuidado de Sérgio Buarque em delinear fronteiras entre pensamento filosófico e pensamento histórico, acabou sendo catalogado como weberiano ou hegeliano”.

A metáfora do homem cordial “longe de ser um conceito abstrato, referia-se a um longo processo histórico construído a certa maneira de ser no tempo”, quer dizer, o contrário dos que interpretaram a figura do homem cordial ou do aventureiro, como expressão de uma categoria sociológica. Sergio Buarque de Holanda em sua concepção de homem cordial afirma que o brasileiro em sua vida íntima é marcado pela ausência de ordenação e disciplina, impedindo de dominar toda sua personalidade.

O homem cordial no sentido da brasiliade parte do pressuposto da aproximação necessária para construir um elo entre o brasileiro e os diferentes personagens estrangeiros, que penetram o seu cotidiano com sua cultura e tradições, evidenciando uma característica do Brasil a generosidade, a cordialidade típica da ruralidade e colonização. Os aspectos relacionados ao contexto europeu em relação à religião, política e respeito, de acordo com esse historiador, adquire uma acepção familiar e marcada pelo desapego a rituais.

No livro Visão do Paraíso publicado em 1959, Sergio Buarque de Holanda apresenta as descrições das diferenças da colonização inglesa na América e da Espanha, bem como a de Portugal e sua participação na formação da civilização brasileira. Evidenciando que conforme a colonização inglesa, o paraíso na América deveria ser criado pelo homem a partir do trabalho, diferente do paraíso na concepção espanhola e portuguesa que já se encontrava a sua espera, criando uma ideia da ausência da necessidade de realização de um esforço manual pelos seus representantes.

O livro em seu primeiro capítulo afirma que a maravilha presente na literatura dos grandes descobrimentos marítimos do século XV não despertava tanto interesse quanto deveria devido aos obstáculos em torno das conquistas espanholas dos nativos e portugueses do território que seria o Brasil ter enfraquecido a beleza na perspectiva dos colonizadores do exótico, ou até mesmo pelo mercado do oriente ainda manter sua importância econômica e cultural, impedindo um direcionamento da mentalidade europeia para outras regiões, um fator que foi mudando a medida que tal mercado enfraquecia. (Holanda, 2000).

A visão do paraíso que se encontra no referido livro de Sergio Buarque de Holanda segue a perspectiva de cada povo europeu que navegou por territórios além dos conhecidos da Europa, evidenciando ao menos na mentalidade do homem europeu, ilhas encantadas, fontes mágicas, terras de metais reluzentes, homens e animais discrepantes do normal. (Holanda, 2000, p.162). Esses relatos são nas maiorias das vezes especulações oriundas da ausência de conhecimentos concretos sobre as regiões que na história ficaram conhecidas como Novo Mundo, articulando uma ideia de paraíso e inferno.

Sérgio Buarque de Holanda morreu em 1982, após a sua morte, foi grande o movimento que se formou em torno de suas obras. Mais do que nunca diversos intelectuais, como ex-alunos, amigos e admiradores, debruçaram-se em uma análise historiográfica de Raízes do Brasil, assim como de outros de seus livros.

A maioria desses intelectuais entendeu que Raízes do Brasil é um dos trabalhos que “registram expressivas mudanças no pensamento social brasileiro, e que, ao lado de outras transformações sociais, políticas e econômicas, conferem enorme riqueza e significado histórico à década de 1930” e por isso merece maior atenção. (Matos, 2005, p. 132).

2.2. As contribuições de Sergio Buarque de Holanda na formação da Historiografia brasileira

A construção da escrita da história é a materialização do trabalho, do ofício do profissional que a partir de uma análise dos vestígios deixados pela humanidade busca compreender sua formação, cultura e tradições, reconhecendo a heterogeneidade dos elementos que atuam na sua constituição. Os documentos, artigos e testemunhos de uma época evidenciam a criação, os interesses e desejos de um determinado grupo ou instituições que de acordo com Le Goff (2013) devem

ser observados e interpretados orientados pelo contexto que foram criados. Ser historiador no processo da escrita da história é deixar de lado olhares superficiais e simples sobre as fontes utilizadas, percebendo o lugar social de cada documento criado.

No entanto, para além dessa aproximação recente com a epistemologia, a história da historiografia não pode ser considerada um empreendimento absolutamente novo. Basta lembrarmos que, entre os trabalhos que contribuíram para a demarcação desse campo, estão os célebres artigos em torno dos problemas da historiografia antiga e moderna, de Arnaldo Momigliano, escritos a partir dos anos de 1950. No contexto brasileiro, os estudos de José Honório Rodrigues, costuma-se atribuir um caráter pioneiro para a historicização da produção historiográfica nacional (Guimarães, 1995).

A emergência dos estudos historiográficos costuma ser compreendido como sintoma de um momento peculiar de crise da História nas décadas finais do século XX, marcada por uma guinada reflexiva dos historiadores acerca de seu ofício e pressupostos de pesquisa. Mais do que expediente pontual frente às inquietações do campo disciplinar, o que se observa é que o advento de uma “consciência historiográfica”, para usarmos a expressão de Pierre Nora, contribuiu decisivamente para o entendimento da historiografia como lugar de memória e, por conseguinte, como objeto, entre outros, da investigação dos historiadores. (Guimarães, 2010, p.275).

E a escrita da história seria criada através de métodos de investigação e interpretação. Os historiadores deveriam compreender a escrita da história pelo seu contexto de criação e intenção, já que um documento ou escrita histórica são construídos partindo do interesse de quem os constrói e as instituições a qual esta se encontra inserida, públicas, privadas ou filantrópicas. Ser historiador e cuidadoso no processo da escrita da história é deixar de lado olhares superficiais e simples sobre as fontes utilizadas, percebendo o lugar social de cada documento e entender que mesmo mediante uma análise rigorosa de diferentes tipos de documentos, estes representam a criação de um determinado grupo social com interesses e motivações distintas.

Os historiadores são responsáveis pela organização das fontes, pela sucessão dos eventos e pela demarcação de uma nova periodização. Uma tarefa pesada, que requer do historiador capacidades específicas: o talento de um historiador assemelha-

se à sagacidade do naturalista, que, com pequenos fragmentos de ossos, colhidos de escavações, como que ressuscita um animal, cuja raça desconhecida existia em diversidade, que sofreram cataclismo. (Cezar, 2004, 19). Uma capacidade que à medida que novos conhecimentos teóricos e metodológicos sobre a construção de uma historiografia brasileira surgem e se consolidam é intensificada e adaptada a uma nova realidade das pesquisas brasileiras.

Assim, a historiografia brasileira que surgiu com Sergio Buarque de Holanda procurou criar a concepção da formação do Brasil seguindo as orientações de característica europeia, especificamente alemã com Marx Weber e Friederich Nietzsche, e francesa por meio pilares criados pela Escola dos Annales em 1929, no cerne da ruptura liberal ocasionada pela quebra da bolsa de Nova York, influenciando novos paradigmas na própria historiografia. Esse historiador ao lado de autores como Gilberto Freyre e Prado Junior se destacou como intelectual que de acordo com Sirinelli (2000) teve um impulso maior na década de 1970, na qual perdeu seu *status* indigno, em grande parte como resultado dos esforços de historiadores do político e da cultura, e em decorrência do aumento numérico desse grupo social criar uma história do Brasil que considerasse a singularidade e heterogeneidade da sociedade brasileira.

Sirinelli (1986) destaca que as revistas, como a dos Annales estruturaram o campo intelectual dos historiadores por meio de forças antagônicas da adesão (pelos amizades, fidelidades e influências) e de exclusão (pelos posições tomadas, debates suscitados e cisões resultantes). Tais instrumentos supracitados também são tidos como observatórios privilegiados do microcosmo intelectual (valorizando-se aqui as questões de amizade, hostilidade, ruptura, rivalidade, rancor etc., que desempenham muitas vezes papel decisivo) e lugares de excelência para a análise do movimento das ideias e mentalidades. Para o autor, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo, viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão

Sergio Buarque de Holanda mantinha características próximas do modernismo brasileiro como movimento artístico e literário, interessado em criar uma estética nacional e críticas ao academicismo burguês, que a cultura brasileira encontrava atrelada. O seu interesse pelo surrealismo, uma vanguarda modernista, estava vinculada a sua crítica ao racionalismo e formalidade da cultura brasileira, defendendo a liberação do inconsciente como inspiração artística. (Filho, 1987). O historiador

afirma a importância de uma singularidade criada pelos próprios objetos e não em uma singularidade que seja submetida ao contexto geral.

A participação da História Francesa dos Annales na Historiografia (Burke, 2008) de Sergio Buarque de Holanda pode ser evidenciada nos aspectos em torno das mentalidades e das comparações, especialmente relacionada ao livro Raízes do Brasil, no momento em que o historiador supracitado busca explicar, mas pautado numa crítica as diferenças e semelhanças entre a colonização espanhola e portuguesa na América do Sul, bem como na criação da sociedade colonial brasileira pautada no homem cordial, como aquele que está mais interessado em manter laços proximidade individual com os seus senhores do que criar uma comunidade brasileira com ideias de coletividade.

O pensamento social brasileiro considera o fato de ao longo da historiografia brasileira prevalecer a construção de uma sociedade pautada no patrimonialismo público, esse evidenciando na importância destinada à confiança pessoal diante daqueles que assumiram cargos de governantes do que de uma impessoalidade necessária ao respeito as instituições públicas. (Holanda, 1989). Tal concepção atualmente continua interferindo de maneira relativamente negativa o cotidiano do brasileiro, visto que a noção de impessoalidade é aplicada, principalmente naqueles que pertencem aos círculos constituídos, seja pelo viés familiar ou mesmo pelo viés político e econômico.

Para o historiador Sergio Buarque de Holanda, a historiografia do Brasil e consequentemente seu pensamento social parte do pressuposto de que a nação foi construída orientada pelo espírito do aventureiro e do trabalhador, onde esse na maioria das vezes é sobreposto ao primeiro, já que o trabalhador busca superar os obstáculos, tornando sua demanda cansativa e o aventureiro pauta suas decisões no caminho razoavelmente simples. Essas consequências são percebidas na tendência de o homem cordial brasileiro procurar enfrentar as dificuldades sobre o signo dos atalhos (jeitinho brasileiro).

Sergio Buarque de Holanda parte da importância de construir uma historiografia que supere descrições positivistas, com análises interpretativas subjetivas da história brasileira, incluindo a compreensão da condição enraizada no brasileiro de buscar vantagem. A sua historiografia estava orientada numa abordagem sociocultural de um momento histórico e acadêmico inovador. Seu amadurecimento como historiador perpassa as articulações com a sua estadia na Europa e sua proximidade com

eventos marcantes no mundo e no Brasil, transmitindo um sentimento de transformações que influenciaram seu ofício como um historiador.

A escrita historiográfica do historiador supracitado foi sendo construída vivenciando diferentes temporalidades e contextos sociais tanto da Europa quanto do Brasil, visto que tais mudanças auxiliaram no processo de criação de uma historiografia brasileira busca compreender o Brasil por meio de uma evolução de uma natureza oligárquica para um Estado Forte e centralizador, no caso, o Estado Novo de Getúlio Vargas, uma experiência fascista a moda tupiniquim, evidenciando ainda um olhar para a construção de uma mentalidade portuguesa sobre o Brasil entendido como um paraíso tropical, sem o devido conhecimento de sua própria realidade.

Tal como Capistrano de Abreu, Sergio Buarque de Holanda, defendeu a relevância dos estudos sobre a regionalidade e temas específicos do Brasil com rigorosa análise das fontes, contribuindo no fornecimento de novos conhecimentos. O período entre 1878 e 1951 é visto aqui como um entrelugar, ou seja, entre duas institucionalizações da escrita da história, entre a história pensada e produzida pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e pela Universidade. (Pereira; Santos, 2010). Essas instituições foram responsáveis pela criação de uma historiografia seguindo o contexto do momento, como o incentivo ao nacionalismo a partir de uma história dos elementos brasileiros e do pensamento crítico diante da história voltada para um ideal relativamente modernista.

O século XIX brasileiro foi o momento em que a questão da identidade nacional ganhou importância no cenário intelectual nacional, afinal, recém-separado da antiga metrópole portuguesa, o então jovem Brasil independente se viu em meio à necessidade de marcar sua identidade em um momento global no qual essa questão se mostrava deveras importante. E nesse momento, de se construir os modos como o brasileiro deveria se enxergar enquanto membro de uma nação – além de como os estrangeiros deveriam enxergar o próprio Brasil – algumas questões foram lançadas no centro dessa construção identitário: o clima tropical e a raça. (Barbato, 2016, p.187).

A construção de uma identidade nacional é a responsável pela permanência da disciplina de História no currículo das escolas brasileiras desde século XIX, mas como modificações influenciadas por outros parâmetros conforme as transformações sociais, econômica e políticas deixando clara a necessidade de aprofundamento do conceito de identidade nacional. Assim, o mito do Estado nação que sustentava o

ideário nacionalista das propostas curriculares era formado nas escolas do Ensino Fundamental pelo tripé: Língua pátria, Geografia e História do Brasil para a formação do espírito patriótico nas primeiras décadas do século XX. (Bittencourt, 2004).

O reconhecimento dos países domo nações entre os séculos XVIII e XIX, uma vez que nesse contexto diferentes revoluções foram responsáveis por novas representações de países após a emancipação como os Estados Unidos que emerge com a Revolução Americana estimulada com os conceitos da Revolução Francesa, distribuição de poder, iluminação, liberdade e fraternidade. A identidade nacional de um país perpassa pelo reconhecimento de pertencimento do seu povo a uma cultura específica e a uma sociedade.

Os séculos supracitados foram marcados por diferentes transformações que orientaram a construção de novas mentalidades e forma de pensamento substituindo gradativamente a submissão relacionada aos antigos regimes e as dificuldades em torno de tecnologias precárias, essa influenciada pela revolução industrial. Liberalismo e democracia forma as regras estabelecidas no decorrer da Era das Revoluções, incluindo o modo de agir da população e acima de tudo de seus representantes.

A Era das Revoluções é, também, o tempo da crise do Antigo Sistema Colonial e, nesse contexto, a construção da identidade nacional é preocupação fundamental dos dirigentes dos novos países americanos, inclusive no Brasil. Para a construção de tal identidade, no caso do império brasileiro, a busca pela elaboração de uma consciência historiográfica própria será de grande importância. (Filho; Salles, 2013, p.39). Uma consciência que começa a surgir conforme visto nos parágrafos anteriores com o IHGB e os seus historiadores criados na esfera de sua formação.

O vínculo entre o IHGB e o Estado Imperial evidencia-se nos financiamentos fornecidos para o levantamento de fontes e na organização de "missões" para copiar coleções de documentos em arquivos europeus - como a de Gonçalves Dias, em 1863-64, e a de Ramiz Galvão, em 1873, bem como, nas honrarias e títulos distribuídos a eles pelo Imperador. (Monteiro, 1994, p. 167). O IHGB por ter sido criado na esteira do Segundo Reinado pelo Imperador Dom Pedro II como uma estratégia para escrever a História do Brasil é esperado uma proximidade da instituição com o poder central, embora a descrição e cópias de arquivos europeus sobre a nação estivessem na essência do trabalho.

De acordo com Borges (2005) a essência da história é a transformação, nenhuma sociedade humana possui uma essência imutável, nem o historiador deve

tratá-la assim. Para corroborar essa afirmação, por meio de uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Junior acrescenta que a função da História é produzir subjetividades, problematizar a maneira de o homem ver o mundo, valores e atitudes. Nas palavras destes dois historiadores percebe-se uma função humana, onde a História é um saber pautado nas mudanças, possibilitando o questionamento dos discursos oficiais.

Para Barbato (2016), em meio a esse turbilhão de teorias respaldadas pela ciência, e que majoritariamente condenavam as populações que se afastavam do padrão europeu, é que os membros do IHGB irão debater essa questão, ressaltando suas consequências para o Brasil que nascia, e que apesar de repleto de esperanças, tinha em sua composição populacional uma grande parcela desses povos condenados pela ciência, como os negros, os índios e os mestiços. Assim, começaremos a observar como os intelectuais do IHGB trataram dessa questão em seus escritos publicados na revista do Instituto, no século XIX.

A fundação do IHGB, em 1839, que caracteriza este período e projeta raízes profundas na cultura histórica brasileira, produzindo e legitimando o discurso historiográfico ao longo de toda a segunda metade do século XIX. (Monteiro, 1994). Era preciso construir uma história relativamente nacional que respeitasse os fatores que participaram do processo de formação do Brasil. Nesse momento a mudança de uma escrita historiográfica se tornou necessária devido especificamente ao processo e consolidação da ruptura com Portugal e configuração de uma identidade histórica da nação que emergia como independente.

Segundo **Abud** (2004) essa tentativa de construir uma identidade nacional e despertar o patriotismo já vinha com o IHGB e a proposta de uma História do Brasil foi abordada por Carl Friederich Phillip Von Martius que defendia a atenção na formação étnica do Brasil e a contribuição do branco, negro e índio para a constituição da sociedade brasileira, além da participação dos portugueses no descobrimento e colonização compreendida em conexão com suas façanhas marítimas, comerciais e guerreiras. Esse intelectual apontou ainda para a importância do papel dos jesuítas na catequização dos índios e do processo de colonização e da relevância de estudar as relações da igreja católica com a monarquia e evitar uma possível regionalização como principal empecilho a identidade nacional.

A formação dos historiadores estava restrita a leitura não sistemática de pensadores europeus, ao autodidatismo e diletantismo, fruto do débil panorama

institucional, pois não havia escolas ou universidade dedicadas à formação de historiadores até a criação da Faculdade de Filosofia de São Paulo, em 1934 - e da inexistência de fronteiras bem definidas entre a arte da Retórica, a Literatura e a História que estava mais próxima de ser um gênero literário do que constituir um saber científico. Em geral, os historiadores eram advogados, médicos, funcionários do Estado que por sua erudição e "amor ao passado" arriscavam-se a incursionar pelo campo da História, reunindo-se nos Institutos Históricos e Geográficos nas províncias. (Monteiro, 1994, p. 167).

Desse modo, as influências europeias participaram de uma historiografia brasileira formada por intelectuais não profissionais da História, na qual a historiografia era considerada como uma narrativa descritiva dos diferentes momentos do Brasil, onde embora com suas devidas contribuições havia a importância da superação da mera descrição para uma análise mais aprofundada do que seria a historiografia do Brasil. Segundo a citação supracitada, no século XIX ainda não havia um interesse de utilizar conhecimentos orientados pelas pesquisas de historiadores profissionais, visto que a ideia existente que os documentos forneciam uma escrita historiográfica digna de ser ensinada e construída.

Assim um dos historiadores desse momento do IHGB, foi Francisco Adolfo Varnhagen, adido cultural brasileiro na Europa, o que lhe possibilitou pesquisar e coletar documentos em Portugal (1842-46), Espanha (1847), Holanda (1851), outros países europeus (1851-58) e Paraguai sob o mecenato do Estado Imperial. Filho de alemão, recebeu uma formação de influência europeia, porém, ao contrário dos seus contemporâneos, suas leituras dirigiram-no aos pensadores alemães e ao rompimento com o modelo dos historiadores franceses. Notadamente, Ranke e o paradigma positivista, com o projeto de escrever e história tal como ela "aconteceu", foram referências teóricas para Varnhagen. (Monteiro, 1994, p. 168).

Este, abandonando todo resquício de romantismo, não poupara críticas ao indigenismo e ao nativismo de Rocha Pita. Para ele o índio não era um herói romântico e a natureza mostrara-se hostil ao conquistador. Percebe-se também na obra de Varnhagen a influência do naturalista alemão von Martius. Martius estivera, no Brasil, entre 1818 e 1820, e elaborou, em resposta a um pedido de subsídios do IHGB, um programa sobre a maneira correta de escrever uma História do Brasil. Esta ligação se evidencia na obra de Varnhagen - sendo notada inclusive por Capistrano de Abreu - no tema das três raças que através da miscigenação comporiam a Nação brasileira,

bem como na preocupação de descrever o processo de povoamento, o desenvolvimento da lavoura, do comércio, dos ofícios e das ciências (Campos, 1977:267).

Capistrano de Abreu foi outro historiador referente ao IHGB que se dedicou especialmente à pesquisa, preocupando-se em tomar conhecimento do que era publicado na Europa, em especial, dos autores alemães. Dentre estes destacam-se os estudos de Geografia de Ratzel, que traduziu para o português. É perceptível a influência do plano de von Martius na preocupação com a Geografia, nos estudos das línguas indígenas e do processo de povoamento. Foi um continuador e crítico da obra de Varnhagen. (Monteiro, 1994, p. 170). A historiografia de Capistrano de Abreu parte da criação de certa interdisciplinaridade entre conhecimentos, a saber, a Geografia e a Linguística.

Segundo o mesmo autor, as preocupações metodológicas de Capistrano estavam muito além das dos seus contemporâneos. Sua preocupação não só a fase heurística da pesquisa, em que se tornou especialista com a crítica e atribuição de autoria de documentos, mas na reflexão sobre as possibilidades de conhecimento das fontes, desenvolvendo seu discurso historiográfico baseado em uma problemática. Relacionou a História do Brasil à História de Portugal e da Europa, compreendendo as necessidades europeias na realização das navegações. Estabeleceu uma periodização para o estudo da história colonial, seguindo até o presente.

Sergio Buarque de Holanda afirma a relevância de Capistrano de Abreu para a Historiografia brasileira, visto que sua escrita baseava no social e cultural, não restringindo sua pesquisa, as personagens, datas e fatos, mais aproximados da coletividade, um mecanismo que provavelmente foi estimulado pela historiografia francesa. (Gontijo, 2011).

Lúcia Guimarães estende a era de influência do IHGB até 1961, por considerar tanto que as reformas de Francisco Campos demoraram a criar uma tradição historiográfica própria, até o momento que a era Vargas criou uma cultura histórica própria. Na abordagem da autora, 1961, merece ser considerado um marco, pois é simultaneamente o ano da primeira reforma educacional pós-Vargas e o ano do Primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, que levou à fundação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH. (Filhos, Salles, 2013, p.22).

A referida data evidencia o fortalecimento da profissionalização dos historiadores por meio da realização de pesquisas e da constituição de uma identidade historiográfica própria, ou seja, afastada das influências europeias, ao lado da criação e apresentação dos simpósios dos professores de História, contribuindo na sua profissionalização. O ano de 1961 marca um novo paradigma em relação de substituição por uma história do IHGB descritiva por uma historiografia criada por historiadores profissionais e análises aprofundadas dos seus objetos.

A análise da escrita da historiografia entre as décadas de 1930 e 1960 permite visualizar uma dupla função desse tipo de escrita: a função afirmativa e a função crítica. Isso considerando que a construção da história da historiografia não se mantém imune ao trabalho da memória, que favorece o culto, a mitificação, enfim, a construção de monumentos em honra de autores e obras. Nisso, a escrita da história da historiografia pode ser lida como uma operação desenvolvida em meio à análise crítica, à memória, o esquecimento e às expectativas de diferentes tipos de intérpretes, entre os quais, os historiadores, sendo sempre guiada, obviamente, pelas demandas e circunstâncias do presente. (Gontijo, 2010, p.495).

A citação supracitada destaca que mesmo diante das inovações propostas pela nova historiografia, fruto dos *Analles* e da nova História Cultural, não foi esquecida as memórias, as quais serviram de fundamentação para criação de monumentos aos heróis responsáveis por uma forma de agir e pensar. A escrita de uma historiografia por Sergio Buarque de Holanda tal como os demais historiadores, parte do presente a partir de uma formulação de problema na busca do entendimento dos fatores que participaram da criação de uma História da historiografia brasileira.

Nesse sentido, o nascimento da moderna produção historiográfica no Brasil (1930-1970) encerrada a fase dos historiadores eruditos/autodidatas, era a vez dos historiadores do saber específico-profissionais, pesquisadores e professores formados nos quadros universitários” (Arruda; Tengarrinha, 1999, p. 41). Nesse momento ainda, aparecem pensadores do velho estilo, porém extremamente inventivos, alguns geniais mesmo, ao lado das primeiras gerações dos formadores das primeiras grandes universidades brasileiras (USP, criada em 1934, e Universidade do Distrito Federal, de 1935, posteriormente transformada em Universidade do Brasil).

Contudo, Sergio Buarque de Holanda como historiador que além de vivenciar as constantes mudanças no Brasil no decorrer de sua formação humana e acadêmica com sua proximidade com uma historiografia nova de natureza francês a partir da

década de 1930, contribuíram para a construção de uma historiografia que não se limita apenas a descrever os elementos brasileiros como fator de enaltecimento do patriotismo, mas evidenciando aspectos da nação brasileira que auxiliaram a criação de uma mentalidade do povo brasileiro por meio do Homem Cordial e de Raízes do Brasil.

As transformações sociais e políticas sofridas pelo Brasil durante os anos 20 e 30 também ecoaram fortemente nos intensos debates intelectuais referentes ao passado e ao futuro do país. Tal impressão pode ser reconstruída pela leitura de ensaios daquela época que apontam para a formação da Nação e do Estado brasileiros. Ao mesmo tempo, estes ensaios vão além de um projeto de desenvolvimento do Estado e da sociedade: buscam converter uma história marcada por colonialismo e escravidão em um relato coerente sobre a construção da modernidade. Em consequência, os temas tratados são bastante abrangentes – afinal, trata-se de explicar como progresso econômico, coesão social, instituições modernas e uma identidade nacional plausível podem ser criados a partir das condições dadas. Estas discussões reproduzem uma ampla gama de posições políticas e ideológicas, do fascismo à apologia de uma revolução em termos marxistas-leninistas (Costa, 2014, p.830).

Durante os anos as décadas de 1920 e 1930 do século XX, o Brasil vivenciava mudanças em sua estrutura sociopolítica e consequentemente cultural, na qual gradativamente a nação agrícola comandada pelos grandes proprietários rurais foi sendo substituída por meio da busca pelo fortalecimento do processo de industrialização da era Vargas. Nisso houve uma tentativa de transformação na escrita historiográfica pautada nas concepções modernistas de modo que fosse possível abarcar os diversos aspectos do Brasil.

Sérgio Buarque de Holanda iniciou sua interpretação do Brasil, ainda antes do início da colonização, na análise do caráter ibérico, que vê como distinto do restante da Europa (nesse momento da obra, Sérgio Buarque não distinguia ainda o caráter português do espanhol). Para o autor, diferente dos países do norte europeu, que desde cedo cultivaram valores racionalistas de organização social, a cultura ibérica nutriu, desde cedo, um profundo desprezo pelas hierarquias, pelo privilégio familiar, pelo cultivo do nome como fator de exclusão. Sérgio Buarque vê nessa cultura ibérica um culto de certo tipo de individualismo: um individualismo aristocrático, que vê no mérito próprio, no cultivo da personalidade o fator de distinção, de honra e acima de tudo de heroísmo. (Filho; Sales, 2013, p.175).

Os valores ibéricos, segundo Sérgio Buarque, tendem a certo “individualismo anárquico” (Reis, 2007, 124), ou seja, as ligações de respeito e ordem, os acordos de

companheirismo, etc. são instáveis, sempre feitos entre indivíduos, tendendo a desfazer-se ao sabor das circunstâncias. Para Sérgio Buarque, o caráter ibérico prezaria a solidariedade afetiva, a identificação individual, e só seria possível a imposição da ordem por meio de uma força exterior, individual, capaz de ser simultaneamente querida e temida. Uma força que governe despoticamente. Um líder carismático, capaz de provocar empatia e admiração nos “barões” individualistas, que o seguiriam mais por identificar-se individualmente com ele do que por qualquer motivação mais ampla ou racional.

A chave para a superação do atraso: superar a herança portuguesa, que corrói nossas instituições; superar a cordialidade presente na condução dos negócios privados e públicos. Mas Sérgio Buarque de Holanda mostrava certo otimismo. Na parte final de *Raízes do Brasil*, ele apontou para uma lenta revolução que estaria ocorrendo no país, resultado, como indicado acima, das transformações em andamento desde a Abolição. A Abolição, para Sérgio Buarque de Holanda, marca o início do fim do predomínio rural, que, gradualmente, seria substituído pelo domínio das cidades. É nas cidades que Sérgio Buarque de Holanda deposita suas esperanças. (Filho; Salles, 2013, p. 180).

Sérgio Buarque de Holanda em sua historiografia sobre a colonização afirma sobre o indivíduo colonizador, tanto o aventureiro quanto o colonizador são direções, caminhos sempre seguidos próximos um do outro. O que ocorre é que, no processo de colonização, Sérgio Buarque de Holanda identificou o caminho do aventureiro como sendo o predominante e não o único, enquanto o caminho do trabalhador foi, nas próprias palavras do autor, um tipo muito limitado, quase nulo. Em outras palavras, poderíamos dizer que, para Sérgio Buarque de Holanda, a ética da aventura exerceu maior influência sobre as mentalidades daqueles que foram responsáveis por construir as sociedades americanas. (Costa, 2014).

A historiografia construída por Sérgio Buarque de Holanda evidencia uma percepção dos aspectos que auxiliam na compreensão da História do Brasil como a colonização, onde sua análise destaca o espírito aventureiro no desbravamento do que seria o território brasileiro, afirmando que o trabalhador não mantinha tanta importância como o do primeiro, já que ser aventureiro significava estar destinada à conquista, povoamento e reconhecimento. Quanto, a aventura está articulada com as colonizações americanas, pode ser destacada especialmente as da América do Sul,

pois ao menos uma parte da norte-americana, a influência protestante direcionou um olhar de importância ao papel do trabalhador.

A escrita historiográfica de Sergio Buarque de Holanda, mesmo que até certo ponto inspirada na geração de historiadores do IHGB busca uma superação daqueles elementos que funcionam como limitador de uma historiografia que mantém um entendimento profundo do que pode ser evidenciado com uma História brasileira. Eventos como independência, monarquia, abolição da escravidão e república, bem como Era Vargas são paradigmas e representações que na perspectiva de Sergio Buarque de Holanda servem para estimular transformações no Brasil e consequentemente na maneira como sua história e escrita e analisada ao longo do tempo.

Muitos consideram Sérgio Buarque de Holanda como um homem à frente do seu tempo, como historiador das representações mentais, e da história das mentalidades. Porém, cabe afirmar o fato que esse modelo historiográfico, vai ser de certa forma concretizado pelos Annales em sua terceira geração com Le Goff e Pierre Nora, pelas análises das obras de Marc Bloch e Lucien Febvre, seus fundadores. Não tendo os Annales ainda um paradigma formado em relação à história das representações mentais. Como bem ressalta Ronaldo Vainfas, ao analisar Visão do Paraíso. É um livro de tamanha complexidade teórica e erudição que, na verdade, seria difícil e em vão tentar classificá-lo em qualquer esquema rígido ou escola historiográfica. (Vainfas, 2008).

A interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda tem raízes no pensamento alemão moderno, que ressalta o particular, o único, a especificidade temporal de cada realidade histórica. Estava interessado em conhecer o Brasil em sua singularidade. O historicismo comprehende o mundo humano por uma abordagem individualizante e não generalizante. Toda sua visão de Brasil de assenta na teoria social weberiana, Raízes do Brasil é quase integralmente weberiano, a discussão do estado brasileiro, das relações entre o público e o privado, e sua proposta de separação radical entre essas esferas e da modernização do Estado, que se tornaria mais racional e burocrático. (Reis, 2007).

Com efeito, a historicidade do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda possibilita uma interpretação histórica bastante consistente, contribuindo, sobretudo, para compreender as especificidades da história do Brasil, área a qual o autor se dedicou no decorrer de sua vida. Estudar “o desenvolvimento do pensamento de

Sérgio Buarque de Holanda no tempo pode revelar de modo mais claro o seu pensamento na interpretação do Brasil" (Nicodemo, 2014, p. 58). No entanto, é válido sublinhar que é não é fácil tentar enquadrar a concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda em apenas uma escola histórica, pois, trata-se de um autor profícuo teoricamente, cujo pensamento passeia ora pela Escola dos Annales, ora pela historiografia e sociologia alemã do século XIX, especialmente a de natureza weberiana. (Silva; Favoreto, 2020).

A historiografia de Sergio Buarque de Holanda não pode ser limitada a uma corrente histórica em específico, onde a interdisciplinaridade e a valorização de novos temas de pesquisa considerados pouco relevantes pertencem ao pensamento criado e mantido pela Escola dos Annales em suas diferentes gerações e a concepção da busca por entender a coletividade como transformação dos elementos da sociedade está baseada na corrente weberiana. Sergio Buarque de Holanda articula sua historiografia com a dos historiadores que além de descrever informações e fatos analisava e procurava a interpretação necessária, tornando sua escrita relativamente profunda.

Como pensador da cultura, reivindicava o direito de resistir a um método preciso que de alguma forma o aprisionasse ao escrever, motivo pelo qual defendia as correntes modernistas como uma forma de mudanças das concepções academicistas. Ser historiador era cultivar uma atitude e um modo de ser crítico apropriado para interpretar a sociedade na sua dimensão histórica, temporal, universal. Esta atitude atravessa a conformações de pensamento pré-fixadas, a escolas, a métodos bem delineados, a teorias abstratas era imprescindível para interpretar de modo inovador e interpretativo no sentido hermenêutico do conhecimento, observado como um processo de desconstrução de tradições herdadas, de desocultamento de tendências de vir-a-ser na sociedade e na cultura brasileira. (Silva; Favoreto, 2020).

3. UMA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DE SERGIO BUARQUE DE HOLANDA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS A PARTIR DO LIVRO RAÍZES DO BRASIL

Esse capítulo e tópicos pretende apresentar os principais fatores relacionados ao contexto social, histórico e cultural do Brasil à época da primeira publicação do livro Raízes do Brasil, bem como as mudanças e permanências diante da referida obra. O Brasil durante a publicação da primeira edição de Raízes do Brasil (1936) estava sob o governo de Getúlio Vargas a beira da implantação da ditadura do Estado Novo com o Brasil vivenciando mudanças em torno da substituição do poder das mãos da aristocracia rural para um grupo social industrial e urbano.

As transformações substanciais do Brasil se encontram além de modelos políticos, já que a sociedade apresentava um nível de complexidade que ultrapassa os limites estabelecidos pelas representações dominantes. As mudanças na estrutura social brasileira foram ocorrendo gradativamente incentivadas por aspectos culturais e fortalecimento de uma nova mentalidade pautada na participação, apesar de tais modificações não ocorrerem em todos os elementos brasileiros.

O livro Raízes do Brasil no decorrer das publicações de edições posteriores evidenciavam as influências do homem cordial nas características da sociedade brasileira, visto que tal personagem é marcado pelas relações de proximidade e pessoalidade que interferem nas tomadas de decisões, priorizando o pessoal em detrimento com o racional. O capítulo é dividido em dois tópicos: no primeiro o Brasil de Sergio Buarque de Holanda e de Raízes do Brasil, procurando destacar o contexto brasileiro na primeira publicação de Raízes do Brasil e logo depois iremos perceber as mudanças e permanências que abordam a presença das relações cordiais nas instituições sociais e políticas contribuiu para o fortalecimento da corrupção.

Já o segundo capítulo servirá de compreensão da reconstrução do Brasil oriundo do processo histórico de urbanização e das novas dinâmicas profissionais que ainda mantém uma organização pautada na proximidade e nas relações pessoais exercidas por componentes de poder da sociedade.

3.1. O Brasil de Sergio Buarque de Holanda e de Raízes do Brasil

Ao longo do tempo, o Brasil foi vivenciando diferentes mudanças após a escrita do livro Raízes do Brasil para compreender os elementos que continuarem sua

existência no decorrer da formação do Brasil enquanto nação e sociedade. No livro Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda descreve a submissão das instituições públicas brasileiras às relações pessoais estabelecidas entre seus componentes, dificultando o funcionamento satisfatório de seus aspectos e estruturas.

Em Raízes, Sérgio Buarque de Holanda nos aponta os caminhos da exclusão social no Brasil e, ao mesmo tempo, as pretensões políticas daqueles que buscam a incorporação na sociedade dos setores excluídos. Sérgio percebe claramente que esses projetos políticos de incorporação dos excluídos teriam as características dos discursos de direita e de esquerda. (Martins, 2006). Fatores que foram percebidos no populismo de Getúlio Vargas na década de 1930 e seu discurso de inclusão dos trabalhadores na sociedade.

O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda ao construir raízes do Brasil como um dos maiores projetos da historiografia brasileira, foi influenciando por concepções modernistas oriundas de suas experiências na Europa, especialmente na Alemanha durante o regime nazista. O Brasil na época da publicação ainda estava em processo de formação a partir da inserção de outros fatores que auxiliaram na criação do Brasil, industrialização e consequentemente a constituição das leis trabalhistas, embora o país como nação estivesse pautado numa centralização varguista e posteriormente autoritária.

Na década de 1930 houve o surgimento relativo de um novo Brasil se comparado àquele criado no decorrer dos primeiros anos da república, fundamentado quase que exclusivamente no ideal agrário cafeicultor com pouco investimento na indústria. Ao longo da década de 1930, o Brasil vivenciou um período de modernização, urbanização e industrialização, com as relações e as legislações sociais mudando profundamente.

Analizando a realidade política do país durante os anos 1930, em que as teorias liberal e autoritária disputavam entre si a primazia de resolver os problemas institucionais e políticos do país, Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu a tese de que ambas se apresentavam como soluções igualmente "superficiais e enganadoras", uma vez que eram incapazes de atingir o cerne da questão, qual seja, promover transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade. (Holanda, 1995, p.178).

Na visão de Sérgio Buarque de Holanda, uma verdadeira revolução brasileira dependeria de mudanças mais profundas, mais estruturais, como aquelas que vieram

alterar todo o sistema social e que levaram o centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. (Oliveira, 1997, p.3). Nesse sentido, o Brasil de 1936, ano de publicação da primeira edição e Raízes do Brasil, estava passando por tais mudanças, onde a sociedade brasileira estava marcada pelo estímulo a urbanização e com as características influenciadas pela referida condição, motivando inclusive mudanças no modo de compreensão do povo brasileiro e de sua contribuição na formação desse novo Brasil.

Nos textos mais recentes, a original unidade interpretativa foi desfeita porque, primeiro, o Brasil obviamente não é mais um país rural e, segundo, porque a cultura sofreu um profundo enriquecimento (se ainda persistem traços ibéricos, estes devem conviver com a multiplicidade cultural e étnica em que se constitui o país na atualidade). Além disso, um aspecto sempre desprezado nessas interpretações é o peso político advindo da desagregação da sociedade patriarcal ou, noutras palavras, a importância do consentimento do conflito entre forças políticas existentes. (Oliveira, 1997).

O Brasil que Sergio Buarque de Holanda utilizou de modelo para a publicação de Raízes do Brasil estava marcada por um processo de industrialização e urbanização em franca expansão, fatores que fortaleceram um nível substancial de miscigenação étnica, na qual cada grupo participou da formação social brasileira. O aumento no número de pessoas na cidade em detrimento do campo ajuda na criação de uma nova cultura baseada no aspecto citadino de avanços econômicos, conflitos e divergências políticas.

Em termos políticos, os anos 1920 e 1930 representam uma ruptura importante na história brasileira. Até o fim dos anos 1920, ou seja, os acontecimentos políticos eram pautados por disputas entre as diferentes oligarquias agrárias. Ao mesmo tempo, no entanto, observavam-se mudanças significativas: as classes médias urbanas e os trabalhadores começavam a organizar-se e a protestar publicamente (Pereira, 2000). Uma influência obtida pelo fortalecimento da urbanização e da industrialização, permitindo a organização de trabalhadores urbanos em mecanismo sindicais.

As transformações sociais e políticas sofridas pelo Brasil durante os anos de 1920 e 1930 também ecoaram fortemente nos intensos debates intelectuais referentes ao passado e ao futuro do país. Tal impressão pode ser reconstruída pela leitura de ensaios daquela época que apontam para a formação da Nação e do Estado

brasileiros. Ao mesmo tempo, estes ensaios vão além de um projeto de desenvolvimento do Estado e da sociedade: buscam converter uma história marcada por colonialismo e escravidão em um relato coerente sobre a construção da modernidade. (Costa, 2014, p.10).

Era preciso haver um discurso de superação do atraso brasileiro fonte de anos de dominação colonial e oligárquica agraria em torno da inserção do país na modernidade. A citação evidencia a existência de uma escrita ao longo dos anos 1920 e 1930 de transformações intelectuais no intuito de promover teses em relação à vitória do retrocesso brasileiro. O livro Raízes do Brasil nesse contexto agiu no sentido de buscar entender a formação do Brasil, bem como os motivos para que nossas estruturas mantivessem sobre uma perspectiva de atraso se comparado a outras nações.

O período após a crise de 1929 foi caracterizada pela decadência dos poderes estaduais, esses que durante a república velha havia aproveitado de enorme autonomia com as políticas em prol das oligarquias. Com a ascensão de Vargas em 1930 e novas mudanças no Brasil, de natureza economia, política e social, com o apoio da Aliança Liberal e com aspectos de governo provisório entre 1930-1934, Constitucional Liberal de 1934-1937 e posteriormente pelo Estado Novo (1937-1945). (Fiori, 2011).

O Brasil, no final da década de 1920, do século XX foi marcado por diferentes fatores que ajudaram gradativamente a minar as forças das oligarquias e das elites agrícolas, onde a industrialização possibilitou o estímulo de uma nova classe social, a burguesia financeira, de uma classe média e do operariado que passaram a constituir o cerne do mundo urbano, exigindo com isso mudanças significativas na sociedade brasileira.

O que se realizou no Brasil a partir de 1930 foi um Estado acanhado. O Estado brasileiro passou a intervir decisivamente no campo econômico e no campo social. Mas com características paternalistas e conciliatórias, evitando que houvesse participação popular nos exercícios das funções públicas e na organização dos poderes. A Revolução de 30 iniciou-se com o repúdio claro das instituições liberais. Desde o início do governo provisório, por iniciativa de Lindolfo Collor, Vargas lançou-se à criação de uma legislação trabalhista/previdenciária. Além disso, criaram-se órgãos públicos de intervenção na economia. O Departamento Nacional do Café (depois IBC), o Instituto do Açúcar e do Álcool (1933), o Instituto do Cacau (1931), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Nacional do Sal. Todos eles, como dizia Vargas, órgãos superiores aos interesses de

cada estado federado. Marcava-se aí esse traço da centralização de poderes a partir de 1930: o repúdio, à descentralização da República Velha. (Comparato, 1987, p.82).

Ao assumir o poder a partir de 1930, Getúlio Vargas, iniciou aos poucos um novo modelo de administração baseada na centralização do Estado e sua intervenção em campos da economia, social e educacional, contribuindo para mudanças significativas no Brasil, Getúlio Vargas no decorrer de seu governo procurou uma aproximação com as massas por meio de uma abordagem populista, criando as Leis do Trabalho. A citação supracitada destaca que a autonomia dos estados da federação ficaria submetida a administração do Estado, ou seja, do poder executivo.

A década de 1930 congrega critica a realidade existente e perspectiva reformadora: busca do Brasil real e demanda por novas crenças. Encontram-se presentes no pensamento brasileiro a missão da elite civilizadora, a tarefa da política salvadora e o espaço para o homem excepcional. Os Impasses, as crises políticas, os confrontos Ideológicos fortalecem a reflexão sobre o futuro, bem como obrigam a repensar o passado. E é dessa junção que os Ideólogos do Estado Novo extraem as possibilidades êxito de seu empreendimento. O Estado que se autodenomina "novo" destaca a tradição de volta ao passado, reescreve a história, reelaborando-a sob nova perspectiva. (Araújo, 1999, p.90-91)

O Brasil da década de 1930, embora ainda mantivesse uma estrutura relativamente agrária, é anunciada como uma realidade diferente por meio do enfraquecimento de velhas lideranças. O Estado Novo utilizava o retorno ao passado como uma forma de valorização do pensamento nacional e da ideia de pertencimento. As críticas a realidade até então vivenciada pelo Brasil fez surgir em Getúlio Vargas, ao menos na concepção de seus defensores, da necessidade de uma nova atualização para o Brasil que auxiliasse na superação de uma condição considerada ultrapassada, tanto relacionada as questões sociais, quanto culturais e políticas

De tal sorte, foram deflagradas inúmeras transformações, tais quais levaram a economia brasileira a mudar de face, e, de igual modo, a sociedade na totalidade. Para tanto, um dos impactos da criação do Ministério do Trabalho foi a inclusão de medidas que regulamentavam a atividade sindical, em 1931, baseadas em critérios significativos para a sua regulamentação, favorecendo os interesses do Estado e dos trabalhadores. Para tal, foi promulgado o Decreto n.^o 19.770, conhecido como Lei

Sindical, buscando criar uma estrutura sindical mais centralizada e controlada pelo governo. (Ferreira, 2023, p.21)

Em 1936, quando *Raízes do Brasil* foi publicado pela Editora José Olympio no Rio de Janeiro, o país tinha menos de 40 milhões de habitantes, quase 60% dos quais eram analfabetos – no Nordeste, este número chegava a 70%. O Brasil era uma sociedade agrária pobre; cerca de 70% da população vivia em zonas rurais, geralmente em condições precárias. A expectativa de vida média era de 42 anos. O PIB *per capita*, de US\$ 1.100, representava apenas um quarto do PIB argentino e era inferior à maioria dos demais países latino-americanos, incluindo Colômbia e Peru. (Costa, 2014, p.8)

Na citação supracitada pode ser percebido que no ano de publicação de *Raízes do Brasil*, o país em termos econômicos e sociais apresentava baixos índices se comparado a outros países da América latina, uma herança que acompanhava desde a colonização e foi perpetuada durante o processo de independência, império e começo da república, demonstrando uma mudança a partir da mesma década. O Nordeste conforme descrito vivenciou momentos de dificuldades devido à decadência da cana-de-açúcar e de outros produtos agrícolas, uma condição oriunda ainda do século XVII, evidenciando a existência de um maior percentual da população fundamentada numa estrutura agrária e dependente de benefícios sociais.

O Brasil com a revolução de 1930, responsável por colocar Getúlio Vargas na presidência de maneira provisória, mas que ao conseguir alcançar a presidência permaneceu durante 15 anos, rompendo com a política de alternância de presidentes paulistas e mineiros. Nisso, vale ressaltar que durante a década supracitada, o Brasil era marcado pela crise de superprodução de 1929, criando dificuldades e certa decadência diante da agricultura cafeeira com a diminuição da importação.

A “Revolução de 1930” impediu que o presidente eleito tomasse posse, levando Getúlio Vargas a chefiar um governo provisório que duraria até 1934. Em 1933 foi convocada uma Assembleia Constituinte, que promulgou uma nova Constituição em 1934 e, por meio de uma eleição indireta, concedeu a Vargas um mandato de presidente pelos quatro anos seguintes. No fim de 1937, Vargas usou um suposto levante comunista como pretexto para dar um golpe com apoio militar, suspendendo as eleições presidenciais iminentes e promulgando uma constituição que efetivamente lhe concedia poderes ditoriais, o “Estado Novo” resistiria até 1945. (Costa, 2014, p. 9).

Desse modo, o Estado Novo inaugurou um momento inspirado nas ideias dos regimes totalitários da Europa de uma maior centralização e controle do Estado em todos os aspectos ao lado da fundação de um mecanismo de imprensa e propaganda que contribuiu para que o governo varguista de tendências autoritárias e nacionalistas mantivesse no poder e no gosto da opinião pública, especialmente da população pobre.

Assim, o período de Getúlio Vargas é marcado pela tentativa de fortalecer o sentimento de patriotismo através da valorização de elementos da cultura brasileira, principalmente através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como forma de divulgação dos princípios do novo governo varguista especialmente durante o Estado Novo. O ideal era a construção do sentimento patriótico, moral e cívico brasileiro a partir do reconhecimento da importância de seu passado, contudo destacando aqueles personagens e acontecimentos que mais se adaptavam a nova política do governo de Vargas.

A política de disseminação da ideologia estado-novista adotada pelo DIP, porém, era muito mais efetiva. Criado em dezembro de 1939, substituiu o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, que em 1934 havia ocupado o lugar do Departamento Oficial de Propaganda (DOP), formado em 1931. Diretamente subordinado à Presidência da República, o órgão tinha o objetivo de “centralizar, coordenar, orientar, superintender a propaganda oficial interna e externa (...), fazer censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura e acima de tudo da imprensa” (Decreto-lei 1915, de 27.12.1939).

O DIP também tinha poder de proibir a publicação de qualquer conteúdo ou matéria que fosse considerada contrária ao regime ou a moral brasileira. Além dos jornais diários, as revistas, as publicações científicas e até mesmo a tradicional literatura de cordel nordestina foram alvos das investidas do DIP. O departamento supracitado poderia censurar livros e artigos que durante o Estado Novo fossem considerados subversivos por atacar o governo ditatorial varguista. Tal controle auxiliou no processo de criação mítica de Getúlio Vargas como um presidente preocupado com o Brasil e o povo.

Sob a influência de condições objetivas, a situação de guerra internacional e a emergência de regimes autoritários na Europa, os ideólogos do Estado Novo elaboraram um bem articulado projeto político, visando estabelecer uma nova ordem

fundada no fortalecimento do Estado e do Nacionalismo. O esteio legal do regime estava na nova Constituição, conhecida como Polaca, por ter sido baseada na autoritária Carta polonesa, de Pilsudzki (Chacon, 2001: 1567), embora o nome do regime recém-instaurado se inspirasse na ditadura salazarista de Portugal (Bueno, 2003, p. 334).

O Estado Novo, mesmo defendendo o fortalecimento do patriotismo construiu sua força principal a partir do autoritarismo e no controle da mídia, ao lado dos órgãos do governo ligados a economia e educação, contribuindo para que o governo não pudesse ser questionado diante de suas práticas ditatoriais em torno de prisões e perseguições políticas. Esse momento marcou uma maior centralização administrativa do Estado e de uma maior perda da autonomia dos estados com o envio de intervenidores.

No entanto, no imaginário social, Getúlio continuou aparecendo como um bondoso condutor nacional que prezava pela paz social e garantia os benefícios esperados pelas classes trabalhadoras. Na maioria, isso se explica pela eficiência do sistema de controle de informação e de censura estruturado no país naquele momento. Durante o governo de Getúlio Vargas, Conselhos e órgãos criados passaram a propor o modelo de desenvolvimento brasileiro que buscasse a modernização, levando em consideração as contribuições de destacados economistas brasileiros da época. Essas iniciativas refletiram a preocupação do governo de Getúlio em promover transformações econômicas e sociais no país. (Ferreira, 2023, p.23).

O livro Raízes do Brasil não considerou muito a Era Vargas, visto que sua primeira publicação ocorreu em 1936, seis anos após o começo do governo varguista sobre uma perspectiva provisória. O livro em sua essência aborda a construção do Brasil pautada em relações patriarcais e de cordialidade, elementos que foram sendo inseridos durante o processo de colonização e ao longo da história do Brasil perpassou ainda por temporalidades atuais, inclusive a própria temporalidade em torno da era varguista.

3.2. Sergio Buarque de Holanda e Raízes do Brasil: entre mudanças e permanências

A década de 1930, em pleno período de Vargas, inaugurou um Brasil que pouco a pouco estava deixando de lado um passado marcado pelo patriarcalismo e ruralizarão. Contudo, vale ressaltar que tais estruturas não foram substituídas

repentinamente, mas por meio de um processo longo que continua ocorrendo. Nisso, a citação abaixo afirma que:

A Abolição e a República marcaram definitivamente o colapso do velho sistema latifundiário, reduzido a um melancólico silêncio. Mas “o trágico” é que o Estado brasileiro continuou a preservar como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do velho sistema. Com isto, temos “uma separação entre a vida social e a vida política”, conforme assinalou Alberto Torres, levando, de acordo com suas palavras, ao surgimento de uma elite política artificial, “verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses”. (Holanda, 1995 p.132-133).

A citação supracitada demonstra, conforme percebido nos parágrafos anteriores, as transformações que o Brasil vivenciou no decorrer de sua trajetória histórica, porém mantendo determinadas permanências em suas estruturais sociais e políticas. O velho sistema, ainda se mantém em certos aspectos da formação brasileira, tais como o acúmulo de propriedade, recursos financeiros e na diferença entre política e vida social. Ao criar um abismo entre a política e vida social, está criando também uma maneira de dissociar os interesses da população com os seus representantes que deveriam atender as expectativas daqueles que o colocaram no poder por meio do voto.

Nesse sentido, no livro *Raízes do Brasil*, durante sua primeira publicação, evidencia a transformação na herança ibérica de um modelo responsável pela construção da modernidade do país até um obstáculo que deverá ser superado em direção ao moderno.

As mudanças no texto estão longe de desprezíveis e por vezes representam revisão completa de um argumento ou resposta diametralmente oposta à mesma pergunta. A valência da herança ibérica é um dos melhores exemplos, pois deixa de ser fonte de vitalidade e matriz a partir da qual construir a modernidade no país para, nas edições posteriores, se tornar um obstáculo a ser vencido. Ao descrever personalismo e democracia como incompatíveis, o autor aposta na dominância do primeiro na primeira edição, mas altera radicalmente sua escolha nas demais; diminui a celebração de Gilberto Freyre; e a abordagem de sociólogo cede espaço à de historiador, para citar algumas mudanças substanciais apontadas em estudos anteriores (Rocha, 2006; Waizbort, 2011; Feldman, 2013).

As edições posteriores a 1936 foram inserindo outros elementos de análise do livro supracitado. A herança ibérica na primeira publicação é tratada como uma influência positiva de civilidade no direcionamento a formação do Brasil, já nas demais é um desafio que foi responsável pelos fatores que impossibilitaram o

desenvolvimento do país. O personalismo na edição de inauguração apresenta mais destaque, uma vez que afirma que as relações baseadas nas emoções e personalidade impulsionam a decisões que não são fundamentadas na racionalidade.

A edição de 1948 tem espírito “consideravelmente modificado”. Na obra revista, a herança ibérica ganha sinal inequivocamente negativo, personalismo e familismo são entraves para a modernização política e a democracia não tem nenhuma incompatibilidade de fundo com o país. A estrada para a modernidade se define pela ruptura com o tradicional. Essa seria uma síntese possível também para a edição de 1956 e todas as demais, que reproduziram o corpo do texto da terceira edição. (Schlegel, 2015, p.5).

O Brasil estava consolidado como país independente e as edições de Raízes do Brasil pós 1936 demonstrava uma nação, na qual sua história deveria ser explicada sobre a luz de novas mudanças. Nas edições posteriores, os obstáculos para a modernidade devem ser superados por meio da derrota de uma representação tradicional. O racionalismo precisa superar o personalismo e familismo para a criação de uma sociedade fundamentada no progresso político, econômico e cultural.

Outro elemento que se destaca é a concepção de Estado seguindo o contexto sócio-histórico em que foi realizada cada edição. Em uma vertente, os intérpretes compreendem o Estado de Raízes do Brasil em chave negativa: ele dificultaria, por exemplo, “o desencadear das transformações profundas na sociedade brasileira” (Dias, 2010, p. 322). Para outra vertente, hoje prevalecente, o Estado seria “transcendência incumbida de abolir a ordem familiar” (Gurza Lavalle, 2004, p. 42) e representaria a esfera pública imensoal encarregada de se contrapor aos particularismos sociais (Lamounier, 2006, p. 292).

O Estado evidencia da primeira vertente provavelmente possui uma característica relacionada ao período imperial e república velha, já que ambas essas temporalidades não estavam interessadas em mudanças complexas no Brasil devido ao desejo de continuarem mantendo o domínio político e consequentemente o domínio social do país. O Estado seria o fator que estimula as diferenças sociais e concentração de recursos nas mãos de poucos, especificamente de uma elite política e econômica.

A segunda vertente de Estado, seguindo as edições pós 1936, seria a instituição que garantia transformações profundas na sociedade com o surgimento de novos grupos sociais e participações daqueles que já existiam, mas que devido a

restrições oligárquicas imperiais não poderiam atuar ativamente. Nessa segunda vertente, o Estado precisa acabar ou limitar o patriarcalismo, agindo com impessoalidade diante de questões essenciais ao progresso brasileiro e de sua população.

O primeiro conjunto de alterações a assinalar-se diz respeito à temática da herança ibérica. Na edição *princeps* de *Raízes do Brasil*, há um questionamento básico sobre a resiliência da tradição diante do processo modernizador. Tratava-se de averiguar em que medida os ventos de mudança eram refreados pelo lastro do passado. Na segunda edição, o questionamento passa a referir-se às condições para que o processo modernizador se efetivasse, ainda que em detrimento da tradição. Tratava-se agora de examinar as possibilidades de limitação do peso da história, de modo que se pudesse singrar com menos dificuldade rumo ao progresso. (Feldman, 2013, p.6).

Na citação é possível perceber que mudanças e permanências mantinham uma proximidade, por exemplo, no passado como uma forma de compreender a trajetória histórica brasileira, bem como a necessidade de sua superação para a modernidade. Na segunda edição, o passado, representado na História, passou a ser defendido como um fator rupo ao progresso, mas sem abandonar a concepção de inovação. O medo evidenciado está no passado servir de peso contrário a superação dos problemas existentes no Brasil que de acordo com Sergio Buarque de Holanda começou por interferência das relações caracterizadas como personificadas demais em detrimento de uma racionalidade política

O segundo conjunto de alterações a destacar-se em *Raízes do Brasil* diz respeito à temática do progresso político. A ampla reconfiguração da sociedade brasileira a partir do século XIX, condensada especificamente pela urbanização, implicava a procura de um ordenamento político condizente com as novas realidades. Buscando o moderno, encontra o tradicional: avalia que as tentativas de organização da política nacional pela doutrina democrática são infrutíferas, porque se desviam do único solo onde poderia vicejar a estabilidade, o personalismo. (Feldman, 2013, p.7).

A urbanização no Brasil no decorrer do século XIX com a presença de negros, brancos, indígenas, enriquecida com a presença massiva de imigrantes ao longo de 1850 contribuiu para o surgimento gradativo de uma nova concepção em torno da participação política, essa não mais restrita aos grandes proprietários rurais, mas também uma classe média que se fortalece com a existência de profissionais liberais

oriundos do estímulo urbano e da importância dos serviços prestados por tais profissionais, reverberando inclusive na política. Um aspecto que não poderia ser levado adiante pelas relações de proximidade subjetivas, impedindo decisões pautadas na eficiência.

A segunda edição não é orientada por questionamento substancialmente diverso do proposto em 1936, mas lhe fornece solução diametralmente oposta. Na análise amplamente revisada, o personalismo obstrui a democracia e deve ser erradicado para que esta possa ser implantada em profundidade. O personalismo como uma relação subjetiva de acordo com Sergio Buarque de Holanda foi um dos fatores que apesar da positividade defendida por determinados grupos sociais, garante a manutenção do retrocesso brasileiro, pois a democracia precisava ser pautada no direito daquilo que é certo em termos de participação consciente da vida política e não por relações pessoais.

Desse modo, muitas décadas depois da publicação de Raízes do Brasil, o patriarcado rural seguiu, ainda, sendo um tema central da ciência política brasileira que investigou a persistência política (e as transformações) deste fenômeno por meio de conceitos como coronelismo, clientelismo e caudilhismo. A expectativa de Buarque de Holanda de que o despertar político das classes urbanas e a universalização da participação política enfraqueceriam o poder do patriarcado rural, de algum modo se cumpriu. Hoje, mais de 70% dos brasileiros têm o direito (na verdade, o dever) de exercer a ação votar – por volta de 1930, eram apenas 5%. (Pereira, 2000).

Os atuais intérpretes sempre tomam um dos vários atalhos sugeridos no livro de Sérgio Buarque de Holanda. É o que acontece em certo tipo de análise que privilegia os traços culturais deixados pelos povos ibéricos. Dentro desta linha de raciocínio, são enfatizadas as diferenças entre a "cordialidade" vigente em nosso relacionamento e uma pretensa "racionalidade" que nos são estranhas. Nesse caso, a política, para o bem e para o mal, toma-se refém deste modo de ser eminentemente personalista e emocional, que se encontra muito distante de uma organização política efetivamente democrática. (Oliveira, 1997, p.30).

Dentre as permanências que continuam a compor o cenário no Brasil segundo o pensamento de Sergio Buarque de Holanda em seu livro Raízes do Brasil conforme está o cárcere da democracia situado entre uma relação pessoal e subjetiva e a importância de uma rationalidade que insira a política numa condição de efetividade e respeito ao exercício da participação. O patriarcado rural, contudo, apesar de suas

adaptações, não apresenta um poder total como aquele vivenciado no século XIX e início da República, dada as configurações sociopolíticas brasileiras nos últimos séculos.

Trata-se de um país extremamente desigual, mas que já deixou de ser pobre faz tempo: sua economia é a sexta maior do mundo, isso segundo o ano de publicação de Pereira (2000). O Brasil também já não é uma sociedade rural: mais de 80% dos brasileiros vivem em cidades. No país das exportações primárias, o setor agrário é (mais uma vez) poderoso; porém, continua sendo apenas mais um entre muitos grupos de influência – não se trata mais de uma oligarquia, e sim de um lobby. Mesmo no quesito relações de gênero, o Brasil avançou notavelmente nas últimas décadas. (Costa, 2014, p.16).

As mudanças percebidas no Brasil ao longo de sua história permitem entender que houve permanências em torno da economia, como a agricultura mantendo um grau de relevância, porém ao lado de outros ramos econômicos, como o industrial. A relação patriarcal foi pouco a pouco perdendo sua força se comparada há um século, embora ainda mantenha resquícios. A influência ibérica, personalismo e cordialidade, mesmo que presente como fatores estruturas da nação brasileira, foram adaptados a novas dinâmicas sociais que surgiram com a urbanização, inserção política e enriquecimento econômico.

O patriarcado rural, por exemplo, exerce, no máximo, um papel residual. É certo que a corrupção, o nepotismo e os negócios ilícitos ainda existem, mas não devem ser interpretados como mera reminiscência do passado, e sim como uma característica estrutural da política moderna. (Pereira, 2000, p.17). A política moderna durante sua formação foi marcada por uma troca de favores em detrimento dos interesses democráticos. Assim, elementos como a corrupção, nepotismo e negócios proibidos estiveram presente na administração no Brasil e hoje existem sobre novas roupagens.

Outra frente de modificação, aberta em 1948 e aprofundada em 1956, diz respeito à reversão de mal-entendidos gerados pelas imprecisões no conceito de cordialidade (Rocha, 2004), ao menos daqueles para os quais o próprio autor contribuiu. O fenômeno refere-se à confusão ou equiparação da cordialidade com a ideia de bondade. A certa altura do texto da edição de 1936, lê-se: “com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios” (Raízes do Brasil, 1936, p. 156). Na edição de 1948, o autor resolve a questão riscando o período intermediário: “Com a

simples cordialidade não se criam os bons princípios", estreitando a relação entre cordialidade e bondade.

A cordialidade é um fator que na perspectiva de Sergio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil esteve como componente da formação do Brasil e como justificativa de seu atraso pelo menos na sua primeira edição de 1936. A cordialidade que permitia a prevalência de relações subjetivas em detrimento da racionalidade nas diferentes instituições que atuaram na construção do Brasil e de sua população. A edição de 1948 destaca a cordialidade não como um mecanismo negativo, mas um aspecto que deve ser articulado com interesses em prol do progresso civilizador moderno.

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. (Holanda, 1998, p.8).

A cordialidade das relações pessoais ainda é percebida na sociedade brasileira, especificamente nos setores da política, uma vez que as alianças para alcançar objetivos são baseadas em fatores subjetivos, pois muitos grupos políticos ao chegarem ao poder buscam uma substituição ou abandono das realizações posteriores de representantes políticos, onde tal conduta marcada pela ausência da impessoalidade contribui para que o Brasil mantenha um grau de retrocesso sociocultural.

A força da cordialidade permanece também nos negócios, um lugar do cálculo e do número por vezes pode ser prejudicada em sua eficiência pela manutenção de relações amistosas e pessoais, possibilitando o fechamento do círculo comercial, prejudicando os seus beneficiários. Raízes do Brasil se transformara, com os sombreamentos, em uma "interpretação progressista do seu país" (Candido, 2004, p. 246). Os elementos que embasavam esta apreciação, de resto correta, não podiam ser encontrados na edição *princeps* da obra. Um benefício da abordagem diacrônica aqui proposta é, assim, poder situar com maior precisão as interpretações sobre o livro, evitando imprecisões que possam emergir em afirmações sobre o autor ou dele próprio.

Nesse sentido, entre as mudanças e permanências que puderam ser evidenciados estava no processo de urbanização e industrialização que gradativamente fez surgir uma mentalidade focada no urbano como uma classe financeira e operariado para qual a cordialidade, embora relevante, essa poderia ser deixada de lado em prol de negócios. Ao longo dos capítulos analisados em *Raízes do Brasil* e das transformações do próprio país no decorrer dos séculos muitas questões abordadas pelo historiador não condizem totalmente com a nova realidade dada a constituição da sociedade brasileira atual marcada por uma importância destinada ao enriquecimento econômico por vezes com empecilhos de ordem emocional nas ações.

Quanto a permanência, tal aspecto pode ser percebida nas questões políticas, com as relações subjetivas e pessoais tomando de conta no momento de alianças para a escolha de representantes para a democracia, mascarando esse regime com uma pseudoparticipação do povo, além do enfraquecimento da oligarquia rural e agrícola, mesmo que na atualidade ainda possuam uma importância devido ao não abandono da vocação agrícola do Brasil.

Contudo, há tecer críticas ao livro *Raízes do Brasil* em relação à criação do homem cordial com (Jacino, 2017, p.43) afirmando que o pensamento de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, basearam sua elaboração da síntese do “Homem cordial” nos pilares do “caráter pacífico e a relação fraternal entre colonizadores e escravizados”, “A preguiça dos portugueses, negros e indígenas”, “a convicção de que as três etnias que construíram a nação eram atrasadas”; “opção pela miscigenação, acordada entre senhores e escravizadas”, “educação e religiosidade equivocadas” são alguns deles.

Tais pilares e outros pontos deles decorrente contribuíram para levar a formulação do “Homem cordial” que traduz um ponto de vista que não é inédito, na maioria dos seus aspectos. Nisso, é possível entender ao analisar as diferentes edições do livro que essa perspectiva foi influenciada pela mentalidade das elites que ao longo do tempo foram responsáveis e ainda são pela direção política e cultural do Brasil, onde a desqualificação do povo brasileiro, particularmente os descendentes dos nativos e dos africanos tem sido regra no pensamento acadêmico das elites.

Vale ressaltar que de acordo Lucien Febvre (1956) que a História é filha do seu tempo e consequentemente o homem também, possibilitando perceber que a construção do conceito de homem cordial seguiu os aspectos da sociedade brasileira

da época de criação dos ensaios que deram origem ao livro Raízes do Brasil, visto que as discussões acadêmicas mantinham uma dominância europeia na compreensão das sociedades das Américas, na qual os primeiros eram vistos como civilizadores.

As características defendidas por Sérgio Buarque de Holanda acerca da índole do povo brasileiro (e as elites em particular), portanto das relações senhor/ “escravo”, são altamente questionáveis. No que diz respeito a docilidade, mansidão, cordialidade do povo brasileiro e afirmações como a que considera a sociedade colonial brasileira a mais harmoniosa dentre as demais colônias americanas e a escravidão benigna, a história está repleta de exemplos que às contradizem. (Jacino, 2017, p.49).

As principais revoltas contra a colonização a partir do século XVIII, as lutas para as províncias aderirem à independência do Brasil e resistência dos escravos contra o cativeiro demonstram uma formação do Brasil não tão pacífica e aceitável pelos povos supracitados. Para Carvalho (2015), o livro se apresentava em 1936 como um “estudo comprehensivo” de nossa sociedade. À medida que foram sendo criadas novas edições, podiam ser notados questionamentos diante da cordialidade brasileira, já que nem sempre houve totalmente um Brasil marcado pelas permanências da permissividade e das relações próximas dos brasileiros, mesmo pelas elites.

Na atualidade, embora as ideias de Sergio Buarque de Holanda continuem influenciando pesquisadores, sociólogos e historiadores, há argumentos contra seu pensamento, especialmente diante da política.

A atualidade, as ideias de Sérgio Buarque de Holanda continuam servindo como sustentação teórica às interpretações políticas do Brasil. Diferentemente desse autor, contudo, a maior parte desses estudos recentes caracteriza-se por um profundo pessimismo e por uma incapacidade de vislumbrar perspectivas de transformação da política brasileira. Fundamentando-se em Sérgio Buarque de Holanda, cientistas sociais da atualidade têm procurado demonstrar que a sociedade brasileira apresenta peculiaridades que impedem a construção da democracia, tal como foi institucionalmente idealizada pelos iluministas no século XVIII. Ou seja, repetindo os termos do livro, para essa parcela da intelectualidade, a democracia sempre foi e continuara sendo um lamentável mal-entendido. (Oliveira, 1997, 29)

Sergio Buarque de Holanda e sua influente obra Raízes do Brasil mantém certo grau de utilização por diferentes teóricos brasileiros relacionados a política praticada no Brasil, mas com traços direcionados ao pessimismo, visto que devido aos desafios oriundos da corrupção e ausência de um pensamento político de natureza crítica da

maior parte da população, a democracia conforme pensada pelos iluministas do século XVIII, no Brasil não poderá ocorrer. Nisso, a democracia será mascarada e não realizada de fato.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova historiografia tem valorizado temas que antes eram considerados pouco relevantes nas pesquisas históricas, influenciado a construção de uma historiografia brasileira. Desse modo, o Brasil de um passado colonial até a República foi criando sua historiografia a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante o governo de Dom Pedro II, com Capistrano de Abreu e posteriormente com Sergio Buarque de Holanda contribuíram para a formação de uma historiografia brasileira.

Embora a necessidade de uma historiografia que respeite as particularidades dos objetos de pesquisa, sua conexão com os aspectos gerais deve ser considerada, uma que a falta de articulação, a História mantém uma fragmentação, impossibilitando a compreensão do processo de criação do Brasil com sua similaridade e distinção. A superação da ideia de racionalidade acima de tudo se torna relevante com uma estratégia para estudar temas historiográficos que diferenciavam do positivismo vigente na época.

Nisso, os resultados destacados ao longo dessa monografia permitiram compreender que Sergio Buarque de Holanda em seus livros, especialmente *Raízes do Brasil* que foi escrita e publicada na década de 30, um contexto em que o Brasil vivenciava transformações relacionadas ao aumento da urbanização, fortalecimento industrial no decorrer do governo de Getúlio Vargas e o contínuo enfraquecimento da aristocracia rural que governava o país desde a década de 20, observando a consolidação de grupos sociais que surgem no aumento do espaço urbano das cidades e das novas atividades econômicas, agora sobre um viés de maior industrialização.

A vida de Sergio Buarque de Holanda, especialmente na década de 1930, foi caracterizada pela constituição dos ensaios que propuseram nome a obra da qual seria mais conhecido, *Raízes do Brasil*, que destacava sobre a formação do Brasil ao longo do tempo. Essa obra foi criada em 1936 com um Brasil já consolidado como independente, a escravidão encerrada e um novo regime republicano que mesmo mantendo relações com as oligarquias acionava para uma nova era política brasileira. O Brasil durante a construção do livro vivenciava a transição de um regime oligárquico para um industrial e centralizado na presidência de Getúlio Vargas no decorrer dos anos 1930.

Sergio Buarque de Holanda como um historiador contribuiu no entendimento e criação de uma Historiografia brasileira para refletir sobre o processo de colonização na estruturação da sociedade brasileira, tendo as relações pessoais atuando no funcionamento dos diferentes componentes do dia a dia cotidiano do país. A historiografia brasileira torna-se diferente da maior parte das historiografias devido a sua miscigenação no momento de sua formação, onde ao longo de sua construção a contribuição de povos variados, seus costumes, modos de ser trouxeram uma História que priorizava a valorização do ser próximo pelas classes abastardas.

Sergio Buarque de Holanda em seus livros evidencia as diferenças de colonização, na qual o continente americano foi sujeito, destacando a colonização portuguesa com uma simples passagem do reino e para seus súditos, enquanto para os espanhóis era necessário manter as características de paraíso, compreendidas pelo reino da Espanha, já a colonização da América do Norte houve uma defesa de sua efetivação através do trabalho dos colonos que fugiam das perseguições religiosas.

O período que Sergio Buarque de Holanda permaneceu na Europa forneceu as bases para sua historiografia fundamentada no modernismo como uma forma de construir uma história brasileira como identidade própria, especialmente a História francesa com a importância da interdisciplinaridade entre a História e disciplinas como Sociologia, Psiquiatria, Antropologia e Geografia ao lado de outras que contribuíram para estruturar uma nova História brasileira, bem como da historiografia alemã de ruptura com passado, embora nas obras do referido historiador, o passado se mantém na sociedade brasileira, sobretudo, na condição das relações pessoais atuando na estruturação das instituições públicas e políticas do Brasil em detrimento da racionalidade.

O homem cordial é o personagem abordado nos escritos de Sergio Buarque de Holanda como a característica de um país que destaca relações de proximidade interferindo tanto na política quanto nos aspectos sociais, apesar de não haver uma observação substancial na área econômica, visto que o lucro na maioria das vezes se sobressai diante da pessoalidade. Nos escritos de Sergio Buarque de Holanda, o Brasil foi criado a partir de proximidade nas relações sociais, não considerando a racionalidade nas deliberações.

O livro Raízes do Brasil, por exemplo, desde sua publicação em 1936 houve mudanças, mas também permanência em torno do pensamento social brasileiro,

influenciando pelas diversas inserções de tecnologias no cotidiano influenciadoras de uma nova abordagem social. Contudo, as permanências podem ser percebidas na ainda existência de uma necessária proximidade entre sujeitos que compõem uma determinada instituição social ou grupo político, bem como o poder de uma aristocracia rural renovada nos moldes do agronegócio. Sergio Buarque de Holanda criou uma historiografia que, mesmo ajudando a explicar o Brasil como uma relevância na superação do passado colonial, os ensaios críticos de autores posteriores foram responsáveis por tecer questionamento em aspectos que não condizem mais com a realidade.

Os livros de Sergio Buarque de Holanda em torno da Historiografia brasileira apresentam uma sociedade construída sobre a influência europeia, mas que gradativamente teve suas principais relações pautadas pela proximidade do que pela profissionalização dos seus representantes. Nisso, o Brasil manteve sua formação orientada pelas questões pessoais em detrimento do que seria necessário a um país desenvolvido. Sergio Buarque de Holanda destaca um Brasil que mesmo diante de constantes transformações, continua com certas permanências, especialmente nos privilégios direcionados a uma elite que desfruta de uma participação sociopolítica.

Desse modo, a monografia trouxe diferentes contribuições para o estudo de Sergio Buarque de Holanda e sua historiografia para o Brasil de uma estadia europeia a construção de uma História brasileira que evidenciasse o povo do Brasil mantendo ainda uma herança colonial herdada das oligarquias que dominavam o cenário econômico e político brasileiro perpetuando na atualidade nas relações de trabalho e pessoais no decorrer das vivências do cotidiano. Raízes do Brasil e os demais livros analisados descrevem um Brasil como uma nação que mesmo com toda riqueza continua amarrado a sua estrutura criada e mantida durante a sua trajetória colonial.

No Brasil, excepcionalmente houve um sistema administrativo e um corpo de funcionários orientados sobre interesses fundamentados em tais aspectos, sendo possível acompanhar, na história brasileira, o predomínio das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal e profissional. Dentre esses círculos, o familiar foi aquele que se demonstrou uma superioridade e desenvoltura significativa em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia. Currículos de História e Políticas Públicas: Os programas de História do Brasil na Escola Secundária, In. BITTENCOUTT, Circe. **O saber histórico em sala de aula.** SP: ED. Contexto, 2004.
- ARAÚJO, Maria Celina d'. **As instituições brasileiras da Era Vargas.** Rio de Janeiro. UERJ: ED. Fundação Getúlio Vargas, 212p. 1999.
- ARRUDA, J.J.; TENGARRINHA, J.M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea.** Bauru, EDUSC, 190 p. 1999.
- BARBATO, Luis Fernando Tosta. Raça e mestiçagem nas revistas do IHGB: os temores e as esperanças. **Intellèctus**, v. 15, n. 2, p. 186-204, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5761885>. Acesso em 08 dez. 2024.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810–1910). **Educação e Pesquisa.** SP, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História.** SP: Brasiliense, 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931.** Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providencias. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/3/1931, Página 4801 (Publicação Original), Rio de Janeiro, 1931. Câmara dos Deputados. Legislação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 maio. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Relendo raízes do Brasil. **Bresser-Pereira WEB Site, SP**, 2002. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/papers/2000/00-71.RelendoRaizesDoBrasil-Holanda.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2025.
- BUENO, Eduardo. **Brasil:** uma história – A incrível saga de um país. SP: Ática, 2003.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?.** 2. ed. RJ: Zahar, 2008.
- CAMPOS, Haroldo de. **O Arco-Íris Branco.** RJ: Imago. 225p. 1977.
- CANDIDO, Antônio. Sergio em Berlim e depois. In: CANDIDO. Antônio. **Vários escritos.** RJ/SP, Duas Cidades/Ouro sobre Azul. 2004
- CARVALHO, Raphael Guilherme de. A escrita de si de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1970 (notas para estudo). **Tempos Históricos**, Volume 19, 1º Semestre de 2015, p. 103-119 103, 1983-1463 (versão eletrônica). Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11797>. Acesso em: 08 dez. 2024.
- CEZAR, Temístocles. Lição Sobre a Escrita da História Historiografia e Nação no Brasil do Século XIX. **Diálogos, DHI/UEM**, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.
- CHACON, Vamireh. Constituição de 1937. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. **Educação e Poder.** SP: Brasiliense, 1987.

COSTA, Sergio. O Brasil de Sergio Buarque de Holanda. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 29 Número 3 Setembro/Dezembro 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/DBbDXXxXGdQX6MMNv5T6Qft/>. Acesso em: 08 dez. 2024.

DE FARIA PEREIRA, Mateus Henrique; DOS SANTOS, Pedro Afonso Cristovão. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 50, p. 27-78, set./mar. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405641272003>. Acesso em: 08 dez. 2024.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, Antônio (Org). **Sérgio Buarque Holanda e o Brasil**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2010.

FEBVRE, Lucien. **Exame de Consciência de uma História e de um Historiador.** Combates pela história. 2. ed. Lisboa: Presença, p. 15-27. 1985.

FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: raízes do Brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais** - v. 28, nº 82. Junho, 2013.

FERREIRA, Kerley Raidan. **A institucionalização da formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais.** Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 127f. 2023.

FILHO, George Avelino. As raízes de as raízes do Brasil. **Novos Estudos nº 18**, 1987. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/avelino - as raizes de raizes do brasil.pdf>. Acesso: 08 dez. 2024.

FILHO, João Carlos Escosteguy. SALLES. Ricardo. História da Historiografia brasileira: definições. In: FILHO, João Carlos Escosteguy; SALLES, Ricardo. **História da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. 225 p.

FILHO, João Carlos Escosteguy. SALLES. Ricardo. Interpretação do Brasil: Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. In: FILHO, João Carlos Escosteguy; SALLES, Ricardo **História da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. 225 p.

FIORI, Diogo Del. **Industrialização do Brasil na década de 1930:** uma aplicação das teorias dos jogos. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. Porto Alegre, 2011.

GONTIJO, Rebeca. A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf. Acesso: 08 dez. 2024.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora: revista de história e geografia**, Santa Cruz do Sul, vol.1, n.1, março 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GURZA LAVALLE, Adrián. **Vida pública e identidade nacional**. SP, Globo, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 7. ed. RJ: José Olympio, 1973.

JACINO, Ramatis. Que morra o “homem cordial” - crítica ao livro Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, Ano X, NºXIX, v. 10, n. 19, p. 33-63, São Paulo, agosto/2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2017.137189>. Acesso: 08 dez. 2024.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: Bóris Fausto (org.), **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2006

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. - 7ª ed. rev. Campinas, SP: ED. Unicamp, 2013.

MARTINS, Paulo Roberto. **Raízes do Brasil**: 70 anos interpretando o Brasil. São Leopoldo, 20 de novembro de 2006.

MATOS, Júlia Silveira. Tradição e modernidade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. **BIBLOS-Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 17, p. 131-143, 2005. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/126>. Acesso em: 08 dez. 2024.

MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro**: aventura cordialidade e novos tempos em Raízes do Brasil. Campinas, SP: ED. Unicamp, 1994.

MONTEIRO, Pedro Meira. EUGÊNIO, João Kennedy (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas, Campinas, Editora da Unicamp, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima. **Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography. V. 7, n. 14, 3 set., p. 44-61, 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/653/448>. Acesso em: 08 dez. 2024.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann. O Brasil de Sergio Buarque de Holanda: do patrimonialismo à democracia. **Revista Mediações**, Londrina, v.2, n.2, p.27-32, jul/dez, 1997.

REIS, José Carlos. **Teoria e História: Tempo Histórico**, História do Pensamento Histórico Ocidental e Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2012.

ROCHA, João Cesar de Castro. **O exílio do homem cordial**: ensaios e revisões, Rio de Janeiro, Museu da República, 2004.

SCHLEGEL, Rogerio. Raízes ibéricas: o lugar de Sérgio Buarque de Holanda no pensamento latino-americano dos anos 1930. **VIII Congreso Latinoamericano de**

Ciencia Política. organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/tpo-schlegel8c.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2025.

SILVA, Fabio Alexandre da; FAVORETO, Aparecida. A Concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda: Interposição Teórico-Metodológica entre Max Weber e a Escola dos Annales. **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 11, Fluxo Contínuo, jan./dez. 2020. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/10397. Acesso em: 08 dez. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Impressions: soleil couchant? **Le Débat**, Paris: Gallimard, n. 110, p. 45-52, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/deba.110.0045>. Acesso em: 03 dez. 2024.

VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda - Visão do Paraíso. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. 5. ed. SP: ED. Senac. 2008.

VILLELA, André Augusto Abreu. Sérgio Buarque de Holanda: entre o historicismo alemão e os Annales.p.96. In: GUILHERME, William Douglas. (org.). **História Sujeitos, Teorias e Temporalidades**. Ponta Grossa, PR: ED. Atena, 2020.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 39-62, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200003>. Acesso em: 08 dez. 2024.